

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PATRÍCIA SAMPAIO COTTA

**RECONSIDERANDO O EMPREGO DOMÉSTICO COMO
ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DA MULHER POBRE NO
BRASIL**

BELO HORIZONTE

2017

PATRÍCIA SAMPAIO COTTA

**RECONSIDERANDO O EMPREGO DOMÉSTICO COMO
ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DA MULHER POBRE NO
BRASIL**

Monografia apresentada ao Departamento
de Ciências Econômicas da Face/UFMG,
no primeiro semestre de 2017, como
requisito para obtenção de grau.

Orientadora: Prof^ª Ana Maria Hermeto Camilo de
Oliveira.

Assinatura da orientadora:

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

BELO HORIZONTE

2017

PATRÍCIA SAMPAIO COTTA

Reconsiderando o emprego doméstico como estratégia de sobrevivência da mulher pobre no Brasil

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ____ / ____ / ____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

CONCEITO:

Prof.
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.
Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

2017

RESUMO

O estudo procurou analisar as mudanças de perfil do emprego doméstico no Brasil metropolitano de 2004 a 2014, numa perspectiva de raça. A hipótese levantada é que importantes mudanças em curso nos últimos anos teriam possibilitado outro tipo de inserção da mulher pobre no mercado de trabalho, o que se refletiria na perda de importância da profissão como estratégia de sobrevivência e, conseqüentemente, no perfil envelhecido do emprego doméstico. Para este objetivo, recorreu-se à bibliografia especializada acerca da formação do mercado de trabalho brasileiro, segregado por sexo e raça. Particularmente, à literatura da sociologia do trabalho, onde se obteve inspiração para a análise empírica do fenômeno a partir do imbricamento de relações de poder de sexo, raça e classe. Para a análise quantitativa das mudanças de perfil do emprego doméstico, recorreu-se à Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), de 2004 a 2014. Os resultados mostram o envelhecimento relativo das domésticas, confirmando a hipótese de perda de importância do emprego doméstico como estratégia de sobrevivência da mulher pobre no período. Outras mudanças de perfil relacionadas dizem respeito à queda da informalidade, elevação do nível educacional e ganho de poder de compra das domésticas. No que pese os avanços nos indicadores, a ocupação permanece sendo um *locus* ocupacional da mulher pobre, ainda marcada por opressão de sexo, raça e classe. A perspectiva de raça mostrou perfis diferenciados entre negras e brancas apresentando-se ainda menos favorável às domésticas negras.

Palavras-chave: emprego doméstico, opressão de sexo, raça e classe, formação do mercado de trabalho, envelhecimento.

ABSTRACT

The goal of this study is to analyze profile changes of domestic work in metropolitan Brazil over the 2004-2014 period in a race perspective. The basic hypothesis underling the research is that important recent changes verified in Brazil would have allowed a different type of insertion of poor women in labor market which reflects in loss of importance of the occupation as a survival strategy and therefore in an older profile of domestic work. The interpretations on the labor market formation literature and interseccion between power relations of race, gender and class emerge as crucial to understand the phenomenon. The quantitative research was based upon Pesquisa Mensal de Emprego from 2004-2014. The results show a mature profile of domestic work when compared to other social-occupational categories. Furthermore, informality has fallen, educational level and power of purchase of domestic workers has increased. In regard to such improvements, domestic work remains and occupational *locus* of poor women, still located in the interseccion of race, gender and class oppression. The race perspective shows different patterns between black and white being less favorable to black domestic workers.

Key-words: domestic work, gender, race and class oppression, labor market formation, aging.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - TRANSFORMAÇÕES COM O SURGIMENTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO: DO REGIME DE ESCRAVIDÃO AO MERCADO DE TRABALHO SEGREGADO POR SEXO E RAÇA	10
1.1 – Breve análise histórica da segregação por raça do mercado de trabalho brasileiro.....	10
1.2 – De escravas domésticas a empregadas domésticas - o imbricamento de relações de poder de sexo, de raça e de classe.....	14
1.3 – A natureza do emprego doméstico: família não é mercado!?.....	17
CAPÍTULO 2: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS ACERCA DAS MUDANÇAS DE PERFIL DO EMPREGO DOMÉSTICO	19
2.1 - O contexto-motivação para a análise de dados: traços de um perfil envelhecido do emprego doméstico.	19
2.2 – A escolha da base de dados à luz do imbricamento das relações de poder de sexo, de raça e de classe.....	24
2.3 – Análise comparativa do perfil da categoria doméstica frente as demais categorias sócio-ocupacionais a partir da PME (IBGE).....	26
2.3.1 – Composição das categorias sócio-ocupacionais superior, média, manual e doméstica por atributos de sexo e raça.....	26
2.3.2 – Envelhecimento relativo da categoria doméstica	29
2.2.3 – Informalidade das domésticas e da força de trabalho	33
2.2.4 – Nível educacional das domésticas e demais categorias	36
2.2.5 – Rendimento do trabalho principal das domésticas e demais categorias	40
CAPÍTULO 3 – REFLEXÕES CONCLUSIVAS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em especial a todas as Marias que contribuíram para a realização dessa pesquisa. As que carregam Maria no nome. E as que carregam Maria em seu ser.

À minha mãe, Poliana. Ou Maria-solidária. Pelo amor, generosidade e por acreditar nas minhas escolhas.

À Ana Maria Hermeto, pela inspiração e abertura de horizontes de pesquisa nas Ciências Econômicas. Pelo apoio sempre presente.

Às Marias da FACE, pelo espaço de acolhimento e de luta contra o machismo na Faculdade de Ciências Econômicas. A todas as Marias que fazem parte dessa luta.

Em especial, às Marias da FACE Isabella Mendes e Esther Maria. Por compartilhar da urgência de se falar em semelhante tema. Pela amizade.

A todas as empregadas domésticas que me criaram. Todas elas Marias-força no trabalho cotidiano do cuidado. Por carregarem a *memória da longa desventura da raça*.

*“Maria, Maria
Simples nome de mulher.
Corpo negro de macios segredos,
Olhos vivos farejando a noite
Braços fortes trabalhando o dia
Memória da longa desventura da raça
Intuição física da justiça
Alegria, tristeza, solidariedade e solidão
Mulher pantera, fera
Mulher vida, vivida
Uma pessoa que aprendeu vivendo
e nos deixou a verdadeira sabedoria
A dos humildes, dos sofridos,
dos que tem o coração maior que o mundo”*

*Composição: Fernando Brant,
parceria Milton Nascimento
(feita por ocasião do primeiro espetáculo de
dança do Grupo Corpo).*

INTRODUÇÃO

O problema da pesquisa foi construído a partir da constatação e reflexão feitas ao longo do curso de Ciências Econômicas acerca da existência e permanência das desigualdades entre os sexos e entre as raças no mundo do trabalho, a despeito de princípios de justiça social como pilar das modernas Constituições. Tendo em vista a crença da igualdade de oportunidades inaugurada com o desenvolvimento e a modernidade, porque então permanecem as distâncias sociais entre negros e brancos e, sobretudo, entre a mulher negra e o homem branco? Quais os mecanismos que operam no sentido de manter as distâncias? - indagam-se os intelectuais da sociologia brasileira contemporâneos. Segundo o pensamento hegemônico sociológico, a abolição formal da escravidão no Brasil pôs fim ao sistema de castas e assim à imobilidade social marcante do período da colonização e da escravidão de nativos e dos povos africanos. Apesar das desigualdades de posição social existentes entre negros e brancos na nova ordem, a crença dominante era de que tudo era uma questão de tempo até que os ex-cativos se equiparassem socialmente aos antigos senhores de escravos ou membros da camada privilegiada. Os intelectuais do período acreditavam que a modernidade era baseada em princípios de igualdade e meritocracia e, portanto, a superação das desigualdades raciais viria com o tempo. A proximidade da abolição formal da escravidão explicaria porque os negros se encontravam segregados na base da pirâmide social. Com o desenvolvimento da nação, acreditava-se, eles encontrariam meios de se integrarem plenamente na nova ordem, eliminando a herança da escravidão (Osorio, 2008).

Entretanto, mais de um século instituída a Lei Áurea, a configuração da pirâmide social apresenta, no geral, os mesmo contornos. O mercado de trabalho é um reflexo das permanências; os negros se encontram nas ocupações menos valorizadas socialmente, enquanto os brancos desfrutam as posições mais valorizadas. A situação atual da trabalhadora negra parece ainda mais distante do universo do trabalhador branco. Segundo dados da PME (IBGE), uma a cada cinco mulheres negras ocupadas em 2004 encontrava-se no emprego doméstico, a qual segue sendo uma ocupação desvalorizada e desprestigiada e praticamente inexistente para o homem branco ou negro.

O retrato atual da permanência das desigualdades suscita um olhar sobre a formação histórica brasileira, em especial no que tange à formação da sociedade de classes e suas ligações com o racismo. Sabe-se que, ancorado em teses de inferioridade racial do negro, o Estado não só ignorou as carências da população ex-cativa para se

inserir e competir em igual patamar com os brancos, mas adotou como princípio a exclusão do negro dos setores mais dinâmicos da economia no projeto de nação republicana. A política de imigração de mão de obra branca implementada no pós-abolição exemplifica a ideologia racista servindo de base ao projeto de desenvolvimento. A ausência de políticas públicas de qualificação dos ex-cativos somada ao estigma da escravidão restringiriam as perspectivas de mobilidade ocupacional fazendo com que muitas ex-escravas, por exemplo, continuassem na casa dos seus antigos proprietários, em troca de abrigo e comida, “como crias da casa” (Saffioti, 1978).

Uma importante reflexão a que se chegou ao longo do curso de Ciências Econômicas é que a conformação segregada do mercado de trabalho é um reflexo das fissuras sociais sendo a persistência das hierarquias existentes - para certos grupos de sexo e raça - uma ferramenta de manutenção do *status quo*, qual seja, da estrutura e privilégio de classe. Longe de oferecer as mesmas possibilidades de inserção e ascensão profissional, como faz crer o pensamento econômico hegemônico, o mercado de trabalho reproduz as desigualdades sociais utilizando inclusive mecanismos discriminatórios a fim de garantir os privilégios dos grupos dominantes, os quais são em sua maior parte homens e brancos. (Hermeto, Ribeiro, 1998).

A escolha do emprego doméstico, ou seja, da modalidade assalariada do trabalho doméstico como objeto de análise foi feita levando em consideração a expressiva representatividade da categoria no Brasil, empregadora de cerca de 6 milhões de pessoas, sendo estas em sua quase totalidade mulheres e a maior parte destas, negras; e levando-se em conta dois pontos de tensões principais: 1) a funcionalidade do racismo na modernidade brasileira, utilizado como ferramenta para segregar os negros em posições sociais inferiores a fim de manter os privilégios de classe numa sociedade marcada por “elevado grau de mobilidade” (Osorio, 2008) e 2) a visão feminista do emprego doméstico como atenuador de conflitos da má partilha de responsabilidades do lar e da família entre o casal burguês, dificultando assim o estabelecimento de um novo paradigma da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2016). A sociologia do trabalho vê o emprego doméstico no imbricamento de relações de poder de raça, classe e sexo e, nesse sentido, está conectada à discussão sociológica brasileira mencionada acima, numa perspectiva de gênero. Ao longo da monografia, será feito um esforço de articular as visões, numa breve revisão bibliográfica.

Ainda que a modernidade possa ser – e tem sido - criticada pelo aparente elevado grau de mobilidade social, de fato, em alguma medida, há espaço para mudanças na estrutura ocupacional, segundo evidenciam os dados da PME (IBGE) para o Brasil metropolitano, de 2004 a 2014. No que interessa ao presente estudo, a pergunta feita é como mudou o perfil das empregadas domésticas tendo em vista as transformações verificadas no Brasil metropolitano no período assinalado? As variáveis de interesse escolhidas são: sexo, raça, idade, rendimento e informalidade. A fim de se ter sempre um referencial em mente, as análises feitas nesta monografia serão ancoradas nas mudanças relativas às demais categorias. Por vezes, a análise se distanciará do objeto de estudo, a empregada doméstica, para que seja possível entender as mudanças macroeconômicas paralelas e que se relacionam com as mudanças de perfil das domésticas. Ao fim do estudo, será apresentada a mudança de perfil verificada no emprego doméstico, intimamente relacionada a importantes avanços verificados no país, a despeito dos mecanismos que (re)produzem a estratificação social.

CAPÍTULO 1 - TRANSFORMAÇÕES COM O SURGIMENTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO: DO REGIME DE ESCRAVIDÃO AO MERCADO DE TRABALHO SEGREGADO POR SEXO E RAÇA

A literatura recorrentemente aponta as raízes do emprego doméstico no trabalho da escrava de cor na Casa Grande no Brasil escravocrata. Segundo Ávila (2016), a análise crítica dos resquícios de servidão no emprego doméstico contribui para desnaturalizar a associação com o trabalho escravo e para reforçar as evidências de como a discriminação racial é estruturadora da pobreza das mulheres e da população negra em geral no Brasil. A análise crítica permite entender não só a configuração atual do emprego doméstico, mas também a formatação atual do mercado de trabalho, segregada por raça e sexo (Hermeto, Ribeiro, 1998). Para tanto, serão apresentadas neste capítulo algumas interpretações sobre a passagem do sistema escravista, que vigorou por mais de três séculos na história do país, para a mão de obra livre no sistema capitalista. A teoria sociológica feminista será apresentada, juntamente ao pensamento feminista negro, a fim de abordar o fenômeno a partir do imbricamento de relações de poder de sexo, classe e raça. (Collins, 2016; Kergoat, 2016).

1.1 – Breve análise histórica da segregação por raça do mercado de trabalho brasileiro

Segundo o economista Theodoro, a discussão em torno da transição para mão de obra livre é um debate em aberto. O autor apresenta a visão de Furtado, no clássico trabalho *A Formação Econômica do Brasil*, segundo o qual dois argumentos justificariam a importação da mão de obra imigrante, em detrimento da utilização da força de trabalho nacional. O primeiro motivo seria o “despreparo para o assalariamento” dos homens livres e libertos. O segundo motivo apresentado é a dispersão no território nacional, tornando “difícil e extremamente custoso” para os empresários nacionais o seu recrutamento. (Furtado, 1970, apud Theodoro, 2008, p.30).

Por outro lado, Theodoro chama a atenção para a elevada mortalidade da população cativa submetida a condições desumanas de existência o que, atrelado ao fim do tráfico internacional de escravos em 1850 criou uma maior dificuldade de reprodução do contingente de escravos. Ou seja, nem o despreparo nem a dispersão, a grande questão para o autor seria a elevada mortalidade da população escrava e a necessidade de reposição da mão de obra, no qual a imigração foi vista como solução. Nesse cenário, o apoio do Estado concretizado em políticas públicas que custeavam a

vinda dos trabalhadores europeus, a partir de 1870, foi bem recebido pela elite cafeeira, empregadora dos imigrantes.

Entretanto, Theodoro diz ser necessário analisar com mais cautela a opção do Estado em subsidiar a vinda dos trabalhadores brancos europeus. Segundo o autor, o trabalho escravo no Brasil foi gradativamente substituído pela mão de obra livre e de maneira “particularmente excludente”. A substituição foi gradual por ter sido incentivada antes mesmo da Lei Áurea, tendo em vista o fim do tráfico internacional de escravos e a elevada mortalidade da população escrava. “Particularmente excludente” já que a Lei Áurea (1888) formalizou o fim da escravidão, mas não deu perspectivas emancipatórias aos ex-cativos que foram preteridos frente os imigrantes. Tampouco tiveram acesso à terra, já que a Lei de Terras (1850) regulamentou a posse de terras apenas através da compra e venda, e desse modo manteve intacta a concentração fundiária do regime de sesmarias. Os mecanismos legais da Lei de Terras e a Lei Áurea são vistos como “dois constrangimentos históricos” que, conjuntamente com a política de imigração, “forjaram um cenário” no qual a população negra passa da condição escrava a excedente de mão de obra, sendo preterida nos setores mais dinâmicos da economia frente a crescente disponibilidade de mão de obra importada da Europa. (Theodoro, 2008).

Uma interpretação mais recente à proposição de Furtado acerca da “racionalidade econômica dos empresários” (Furtado, 1970, apud Theodoro, 2008, p.30) diz respeito à incompatibilidade do sistema escravista na nova ordem econômica e social que se instalava. Nessa abordagem, a escravidão foi “colocada em xeque” por ser vista como um entrave à acumulação de capital (Theodoro, 2008). Outro fator importante que influenciou nesse processo é o contato com a ideologia modernizante europeia, que defendia a ideia de superioridade da raça branca, tendo se difundido no Brasil (Theodoro, 2008). O Estado se ancorou em teses de inferioridade biológica do negro e o colocou à margem do projeto nacional. O embranquecimento da população via importação de mão de obra branca era visto como condição necessária ao desenvolvimento do país. O negro, que tinha papel central no sistema escravocrata, perde lugar na nova ordem. Segundo Bosi (1992, p. 272, apud Theodoro, 2008, p.39) “não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas esse passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele”. Entregue à própria sorte num país que se constituía enquanto nação racista, a população negra não participou dos setores mais dinâmicos da

economia, buscando espaço nos “meandros e interstícios possíveis: os pequenos serviços, o trabalho precário” (Theodoro, 2008, p.38).

Assim, mais do que simplesmente substituir a mão de obra escrava, a política de imigração implementada pelo Estado brasileiro visava modificar o perfil racial da classe trabalhadora, diluindo a presença negra através dos fluxos de mão de obra branca imigrante. O mercado de trabalho brasileiro nasce excludente a um grande contingente da população brasileira, egressa da condição escrava. De um lado o avanço rumo à libertação da população gentia, do outro o descaso público com a inserção social do negro. A libertação só veio na forma da alforria, já que coube ao negro se refugiar no que hoje entendemos por “setor informal”:

Criando dessa forma o trabalho livre, criaram-se também no país condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o germe do que se chama hoje “setor informal. (Theodoro, p. 39, 2008).

Segundo Theodoro, ao mesmo tempo em que o Estado implementou políticas assumidamente racistas com vistas a modificar a composição racial da força de trabalho, e ao mesmo tempo em que a ideologia do Brasil moderno e do progresso “não comportava a visão do pobre, sobretudo do pobre negro,” essa mesma sociedade precisa do pobre e da desigualdade, fazendo destas uma espécie de ponto de apoio de sua reprodução” (Theodoro, 2008, p.40). Aí se encerram as contradições do processo; a mesma elite que afirma a inferioridade do negro precisa da sua existência, da pobreza e desigualdade para existir enquanto classe privilegiada.

No que concerne o surgimento do setor informal Heleneith Saffioti, no clássico trabalho *Emprego Doméstico e Capitalismo*, defende que a existência de atividades organizadas em “moldes não capitalistas”, na qual se incluem muitas das atividades do setor informal, é útil ao sistema na medida em que garante um contingente de trabalhadores ao menos parcialmente recrutáveis em momentos de crescimento econômico e abertura de postos de trabalho nas atividades capitalistas. Nas palavras de Saffioti,

o capitalismo não tem condições e nem interesse em eliminar formas não-capitalistas de atividade econômica, já que nelas está contida uma força de trabalho absorvível, pelo menos parcialmente, pelas atividades capitalistas em momentos de prosperidade econômica, e que deverá encontrar maneiras de sobreviver quando o setor capitalista da economia repele e expulsa mão de obra. (p. 184-185, 1978).

A autora apresenta uma visão feminista da penetração do capitalismo em economias periféricas e sua relação com o emprego doméstico. Segundo a autora, a

empregada doméstica se insere no conjunto de trabalhadores marginalizados e “recrutáveis” mantidos pelo sistema.

A ideologia racista presente no projeto de nação vigorou até a década de 1930, quando deu lugar à ideologia da democracia racial (Osorio, 2008). Essa por sua vez defendia a existência de paz social fruto da união do povo brasileiro na diversidade de raças. Mesmo com o abandono do racismo explícito, o lugar do negro continuou a ser uma não-questão, já que o novo pensamento social enaltecia a mestiçagem do povo brasileiro, segundo a qual vigorava uma “convivência harmônica” entre as raças. Dizia-se não existir discriminação racial e, portanto, não havia necessidade de implantar políticas públicas que propiciassem a integração do negro na sociedade. Bastaria o crescimento econômico para sanar as disparidades raciais, que apenas teriam a ver com a origem social, negando qualquer forma de discriminação e preconceito racial (Osorio, 2008).

Tendo em vista a crença da igualdade de oportunidades inaugurada com o desenvolvimento e a modernidade, porque então permanecem as distâncias sociais entre negros e brancos? Quais os mecanismos que operam no sentido de manter as distâncias? - indagam-se os intelectuais da sociologia brasileira contemporâneos. Em seu balanço de teorias sociológicas acerca da desigualdade racial, Osorio (2008) defende que em virtude dos trabalhos desenvolvidos na década de 1980 por Hasenbalg e Silva, uma nova onda interpretativa da sociedade brasileira foi desenvolvida em que não cabem otimismo. O racismo e o preconceito são comprovados por meio de vários estudos empíricos competentes, constituindo um importante fator da construção teórica das desvantagens cumulativas (Hasenbalg e Silva, 1979, apud Osorio, 2008). Mais do que comprovar a persistência da ideologia da inferioridade racial do negro, os autores defendem a funcionalidade da discriminação racial, numa era de acirrada competição entre indivíduos. O capitalismo teria se apropriado do racismo da velha ordem a fim de manter e justificar a estrutura de classes, tendo por reflexo a segregação ocupacional dos negros no mercado de trabalho.

A fim de complementar a análise, a discussão seguinte será feita numa perspectiva teórica feminista, afinal, *a classe operária tem dois sexos*. A abordagem proposta nesta monografia visa não só trazer a problemática da *divisão sexual do trabalho*, mas integrá-la às demais relações de poder, nomeadamente as relações de raça e classe, já que assim se dão as relações sociais de poder. Segundo Helena Hirata, a

perspectiva *interseccional*, ou *consustancial*, é capaz de trazer o ponto de vista feminista e integrá-las às demais formas de opressão:

ambas as conceitualizações [interseccionalidade ou consustancialidade] partilham, a meu ver, do pressuposto central da epistemologia feminista, segundo o qual ‘as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes’ (Ilana Lowy, 2009, p. 40) e, podemos acrescentar, brancos. (2014, p.62).

A tese da natureza interligada das opressões permeia há tempo o pensamento sociológico feminista negro. Segundo a feminista afro-americana Patrícia Collins:

O foco outorgado à interligação entre raça, gênero e opressão de classe é um segundo tema recorrente nos trabalhos de feministas negras (Beale, 1970; Davis, 1981; Dill, 1983; hooks, 1981; Lewis, 1977; Murray, 1970; Steady, 1981). Enquanto diferentes períodos sócio-históricos podem ter aumentado o foco dado a certo tipo de opressão, em lugar de outro, a tese da natureza interligada da opressão permeia há tempo o pensamento feminista negro (2016, p.106-107).

Seguindo esse “conhecimento situado”, na seção seguinte são apresentadas as implicações socioeconômicas da penetração do sistema capitalista para as trabalhadoras, mais especificamente, às que tem por memória a “longa desventura da raça”, as trabalhadoras negras. O clássico *Emprego Doméstico e Capitalismo* (1978) é um dos primeiros trabalhos a versar sobre o tema, por Heleneith Safifoti. Além da perspectiva feminista acerca do surgimento do capitalismo brasileiro, segundo Ávila, a obra “se inscreve em um processo de construção da teoria social feminista que tenta superar os limites da teoria marxista na explicação do trabalho doméstico e da exploração das mulheres no contexto do trabalho assalariado” (2009, p.39), como será visto a seguir. Desse modo, pela bibliografia mencionada, será possível integrar a opressão de classe às demais formas de opressão, de sexo e raça.

1.2 – De escravas domésticas a empregadas domésticas - o imbricamento de relações de poder de sexo, de raça e de classe.

Neste ponto da monografia cabe apresentar um importante referencial conceitual utilizado, bastante conhecido na literatura sociológica feminista, qual seja, a divisão sexual do trabalho. A segunda onda do movimento feminista questionou desde o início a noção de trabalho presente na economia política. Foi necessário “desencravar” a noção de trabalho exclusivo ao par capital/trabalho e apresentar um todo coerente que enxergasse as continuidades entre o trabalho tipicamente efetuado pelas mulheres, o

trabalho do cuidado, até então presumido “improdutivo”, e o trabalho tipicamente efetuado pelos homens, tido como trabalho gerador de riquezas. (Kergoat, 2016).

Segundo elaboração teórica feminista, há dois princípios fundamentais da divisão sexual do trabalho, o de separação e hierarquia, segundo os quais existem uma separação entre as atividades tipicamente masculinas, as ligadas à esfera produtiva, e as atividades tipicamente femininas, as ligadas à esfera reprodutiva e uma hierarquização entre elas, o trabalho efetuado pelos homens como de maior ‘valor’ que o efetuado pelas mulheres (Kergoat, 2016).

O conceito de *divisão sexual do trabalho* elaborado pelas feministas permitiu, finalmente, uma maior consciência em torno da continuidade entre trabalho assalariado e o trabalho doméstico. (Kergoat, 2016). Ainda é restrita a literatura econômica que trate satisfatoriamente a problemática da divisão sexual do trabalho. A economista Nancy Folbre (2001), no livro intitulado *The Invisible Heart*, argumenta a primazia, entre economistas, pela análise da mão invisível do mercado e sua lógica autorreguladora e a negligência ao que dá substrato para as relações mercantis, qual seja, o trabalho do cuidado. A economista Cristina Carrasco complementa:

A economia como disciplina acadêmica tem legitimado essa situação [de invisibilização]: dedica-se quase exclusivamente às atividades chamadas econômicas, que se realizam com o tempo mercantilizável, enviando ao limbo do não-econômico todas as demais. Em todo o caso, *o mais preocupante* é o estudo das ‘atividades econômicas’ se realizar de forma independente, como se fosse possível entendê-las e analisá-las à margem das de não mercado, como se não dependessem desse tempo—‘socialmente desvalorizado’ para sua realização. (grifo nosso, 2003, p.37).

Segundo Ávila (2016), o sentido de servidão no trabalho das domésticas está ligado a uma concepção sobre as mulheres como sujeitos predispostos a uma disponibilidade permanente para servir os outros. Essa concepção deriva do que tem sido considerado e como é valorado o trabalho da mulher, como as responsabilidades em torno do cuidado dos filhos, do marido e da casa, no geral não valorizado monetariamente. O trabalho da empregada doméstica pode ser visto como a externalização de responsabilidades pessoais na maior parte das vezes a outra mulher e, nesse sentido, tem na baixa valorização e prestígio ligação com o princípio da divisão sexual do trabalho. Além da razão atribuída à associação com a escravidão da população negra. Como foi visto, a institucionalização do racismo no pós-abolição ajuda a explicar a segregação ocupacional dos negros e o não-lugar do emprego doméstico. Com o regime de escravidão posto em xeque, as mulheres negras ex-escravas, muitas das quais

ex-escravas domésticas, também não encontraram grandes perspectivas de melhoria de condição de vida. Seja porque lhes restou o desvalorizado emprego doméstico como “estratégia de sobrevivência”, ou porque acabaram se tornando um agregado das famílias para as quais trabalhavam. Segundo Saffioti, no clássico *Emprego Doméstico e Capitalismo*:

o fim da escravidão determinou o aparecimento do assalariamento do emprego doméstico, embora uma imensa quantidade de meninas e moças continuasse a trabalhar em casas de família em troca de casa e comida, como crias da casa. (1978, p. 36).

Numa abordagem mais recente, Ávila defende que:

O trabalho doméstico, como trabalho remunerado no Brasil, foi conformado na imbricação de relações sociais de sexo, de raça e de classe. Uma análise crítica da trajetória do emprego doméstico evidencia que essa relação de trabalho foi tecida pelos fios de dominação e da exploração patriarcal e racista que estão incontornavelmente atados à formação do sistema capitalista do país. No período colonial, foi também um elemento de ostentação para marcar o poder de classe para exibir o poder do senhor patriarcal branco e de sua família (Graham, 1992). (2016, p. 138).

Saffioti argumenta com propriedade que o emprego doméstico pode ser visto como *estratégia de sobrevivência* de parte considerável do contingente feminino da força de trabalho. Partindo da análise da taxa de participação da mulher na economia, bastante inferior à masculina, e do peso do emprego doméstico entre as mulheres ocupadas e no agregado nacional, Saffioti afirma que a modernização da economia brasileira não permitiu à parcela feminina da força de trabalho usufruir integralmente dos benefícios proporcionados pelo sistema. Numa modernização marcada por fatores como alta concentração de renda e baixo nível educacional da população, um grande contingente de mulheres, pertencentes às camadas marginalizadas, se veem impelidas à busca do emprego doméstico como alternativa de sobrevivência (1978, p. 17). Segundo a autora:

Uma distribuição menos desigualitária da renda nacional poderia circunscrever o fenômeno da empregada doméstica a um pequeno contingente, como ocorre nos países industrializados do Ocidente. (1978, p.192)

De um lado, há um grande contingente de pessoas que não conseguem se inserir no modo de produção capitalista, muitos dos quais sequer têm a qualificação exigida

¹ Não é do escopo desta monografia entrar nas minúcias teóricas acerca do patriarcado. Basta saber que antes mesmo do capitalismo surgir, já se fazia presente um sistema de divisão do trabalho entre os sexos, padrão encontrado em diversas sociedades estudadas. O que o capitalismo fez foi se apropriar e reestruturar a divisão previamente existente nas sociedades com vistas ao acúmulo de capital (Ávila, 2009).

para tal inserção. Do outro lado, há uma parcela que auferia altos rendimentos e que, portanto, é plenamente capaz de contratar o serviço doméstico. Entretanto, a desigualdade de renda não constitui problema de fácil solução já que se “vincula ao caráter dependente do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao ritmo de crescimento demográfico, às políticas econômicas adotadas pelos governos e a outros fenômenos de natureza estrutural.” (Saffioti, 1978, p.192). A desigualdade perdura porque beneficia alguns grupos, os homens e os brancos, “que teriam um incentivo para preservá-la, mesmo que de maneira inconsciente, se utilizando das suas vantagens no mercado de trabalho.” (Hermeto, p. 2688, 1998).

Segundo Hermeto, as ocupações dos indivíduos os localizam no sistema social de renda e *status*, tendo repercussões sobre o poder social das mulheres em toda a sociedade, seja no trabalho, na família ou nas instituições. No caso da ocupação doméstica, em sua maior parte composta por mulheres negras, as repercussões tendem a ser ainda mais danosas, tendo em vista o fator racial na interseção de múltiplos sistemas de dominação. O quadro atual nos países de capitalismo periférico é tal que, se por um lado houve a liberação de contingente considerável de mulheres para a realização de atividades capitalistas, ela se deu às expensas do trabalho doméstico desvalorizado efetuado por outras mulheres, pobres e pouco escolarizadas, compondo um quadro contraditório para as mulheres (Saffioti, 1978).

1.3 – A natureza do emprego doméstico: família não é mercado!?

A permanência de elevada taxa de informalidade no emprego doméstico reflete a resistência de parte da classe média em enxergar o emprego doméstico como ocupação decente, merecedora dos mesmos direitos de qualquer outro trabalhador (Dieese, 2013). O argumento usual utilizado para se contrapor ao respeito aos direitos trabalhistas parte do argumento de que “família não é mercado”. Contudo, ainda que o trabalho doméstico não seja caracterizado como trabalho produtivo na acepção tradicional mercadológica de geração de lucro, posto que exercido no seio de uma instituição não produtiva – a família –, nem seja considerado trabalho improdutivo, pode-se afirmar que se trata de trabalho de *reprodução do viver*, imprescindível à existência humana e, portanto, imprescindível à reprodução do próprio capital (Saffioti, 1978; Kergoat, 2016).

Segundo Saffioti, a empregada doméstica não contribui diretamente para o acúmulo de capital, e dessa maneira, não faz parte do modo capitalista de produção. Ainda que receba um salário, a empregada produz *valor de uso*, não valor de troca, e se

insere, portanto, nas formas não-capitalistas de produção, ainda que a ocupação tenha surgido com o advento do capitalismo. As atividades da empregada doméstica atendem a uma instituição não capitalista – a família – esta, sim, capaz de contribuir diretamente para a reprodução do capital já que seus membros, tendo usufruído do trabalho doméstico, podem assim vender a mercadoria essencial ao sistema: *a força de trabalho* (1978).

Além disso, já que integram as formas não-capitalistas de atividade, em que se encontram os trabalhadores “mobilizáveis” para o modo de produção capitalista conforme os momentos de retração ou expansão, as empregadas domésticas constituem parte do exército de reserva e têm, assim, papel fundamental na reprodução do sistema (Saffioti, 1978, p.191).

Entretanto, a persistência de alta taxa de informalidade, acima do restante da força de trabalho, mostra que a noção de trabalho improdutivo perdura. A prestação do serviço para o seio privado familiar contribui para a invisibilização das práticas ilegais, já que a fiscalização de atividades no âmbito privado é de difícil realização. Outro obstáculo à formalização relacionado à prestação de serviços domésticos às famílias é o isolamento da empregada do restante da categoria. No geral, o serviço é realizado por apenas uma empregada, o que contribui para uma menor consciência de classe, o desconhecimento dos direitos e o distanciamento da participação sindical. A maior parte das domésticas permanece, portanto, sem direitos trabalhistas assegurados pela CLT como férias remuneradas, décimo terceiro salário, FGTS, jornada regulamentada, salário mínimo, licença maternidade, seguro desemprego e contribuição previdenciária. A tardia aprovação da PEC das domésticas, responsável pela equiparação de direitos das domésticas ao restante da classe trabalhadora, reflete a resistência de parte da classe média em enxergar o emprego doméstico como ocupação decente, merecedora de direitos semelhantes ao restante da força de trabalho (Dieese, 2013).

CAPÍTULO 2: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS ACERCA DAS MUDANÇAS DE PERFIL DO EMPREGO DOMÉSTICO

2.1 - O contexto-motivação para a análise de dados: traços de um perfil envelhecido do emprego doméstico.

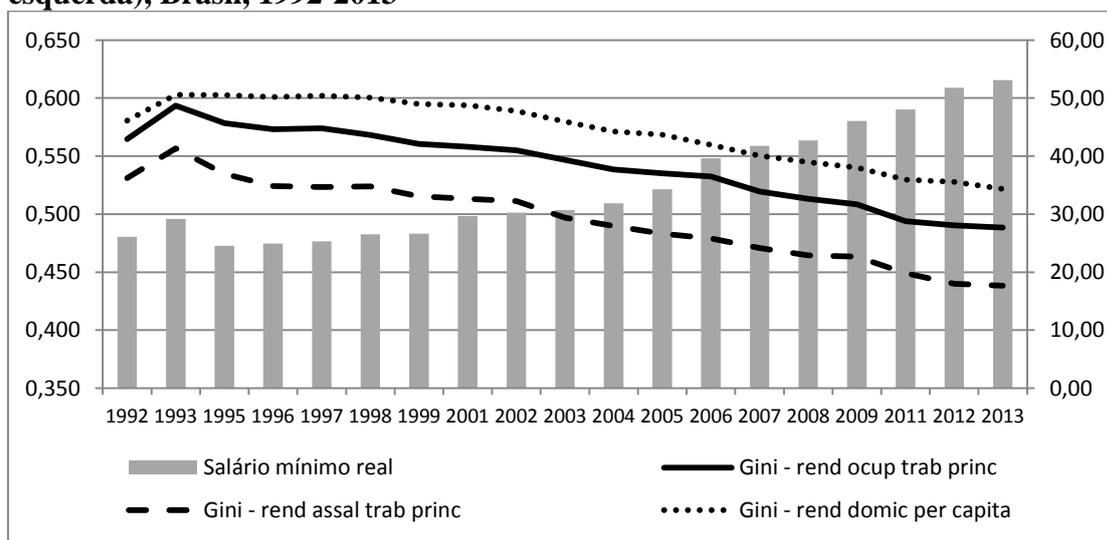
O emprego doméstico é historicamente uma ocupação feminina e negra. A precariedade de condições de trabalho e a segregação de mulheres negras na profissão já são razões suficientes para o estudo focado das mudanças de perfil da categoria, tendo em vista ainda o contexto de luta generalizada por direitos e igualdade com a redemocratização no Brasil e na América Latina, no qual o Movimento Negro e a perspectiva racial ganharam destaque em âmbito acadêmico.

Os anos 2000 no Brasil foram de conquistas de direitos trabalhistas pelas domésticas, tanto legais quanto de maior vivência concreta do estipulado em Lei, como mostram indicadores de mercado de trabalho. A CLT em 1943 excluiu-as dos direitos básicos concedidos à classe trabalhadora, como o direito a carteira assinada. Somente em 1972 houve o reconhecimento da profissão, porém perdurava a discriminação em Lei; uma série de outros direitos como o Salário Mínimo só foram conquistados na Constituição de 1988 (Pinheiro, Gonzalez, Fontoura, 2012). Ainda que considerada muito avançada, e para alguns “grande demais para o Orçamento Público”, a Carta de 1988 ainda não as tratou com igualdade. A regulamentação da jornada de trabalho em 44 horas semanais, pauta importante de luta, só veio a ser matéria legislativa em 2013, com a “PEC das Domésticas”. Não sem polêmica por parte da classe média e previsões de que “a lei se transformaria em letra morta”, pela elevação dos custos na contratação das mensalistas (Dieese, 2013). De todo modo, a equiparação de direitos foi uma importante conquista da categoria e representa um dos motivos pelos quais diversas áreas da academia se debruçaram recentemente sobre o tema.

No campo econômico-social, houve melhorias nos indicadores do mercado de trabalho que impactaram positivamente a inserção feminina, por exemplo, no que diz respeito à redução das desigualdades de rendimento entre os sexos, ainda que “levemente” (Dieese, 2015). O contexto macroeconômico do período é de queda do desemprego, valorização real do salário mínimo com queda de desigualdade de rendimentos e queda de informalidade (Dieese, 2015), indo na contramão de tendências globais de flexibilização de relações trabalhistas (Baltar, Krein, 2013). As domésticas, por terem o Mínimo como referência, tiveram ganho de poder de compra ao longo dos

anos que influenciaram expectativas de consumo e estilo de vida; a queda do índice de distribuição de rendimentos, como mostra o gráfico abaixo, é simbólica da redução das distâncias sociais uma vez que o acesso ao consumo, num país de elevada pobreza, é parte importante da cidadania.

Gráfico: Evolução do SM anual real (eixo à direita) e dos Índices de Gini de distribuições de renda domiciliar per capita, de ocupados e de assalariados (eixo À esquerda), Brasil, 1992-2013



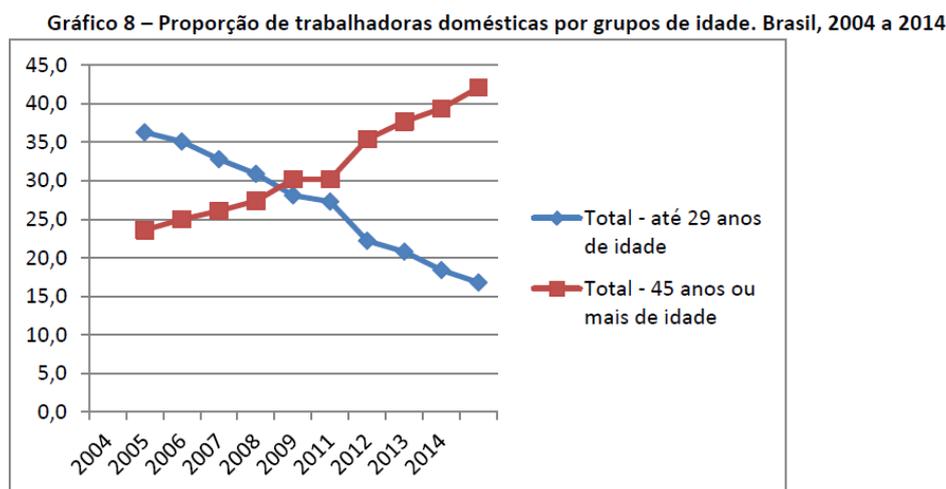
Fonte: Pnad (IBGE) e Dieese. Elaboração: Dieese (2016).

Os avanços educacionais atrelados à diversificação e expansão do mercado no período podem ter aberto outras possibilidades às mulheres jovens pobres. A título de exemplo, Brites e Picanço defendem que foram modificadas expectativas em relação ao emprego “ideal”, sobretudo entre as mais jovens. Acredita-se que “não se trata mais de pegar qualquer trabalho”; delinearam-se cenários nos quais a mulher pobre ou se insere em “ocupações no comércio, atividades de beleza e higiene pessoal” ou permanece mais tempo dedicada aos estudos ou ainda fique em casa “à espera de algo que não se sabe bem o quê”. Os três cenários hipotéticos são apresentados pelas referidas autoras, baseados nos dados da Pnad (IBGE), para explicar o desprestígio ainda maior do emprego doméstico no período recente e o conseqüente envelhecimento relativo da categoria (Brites e Picanço, 2014).

Não é do escopo desta monografia tratar de mudanças de aspirações de mulheres pobres jovens. Ao menos pode-se aventar que as mudanças verificadas teriam alterado expectativas de estilo de vida e consumo de uma geração, na qual o desvalorizado e desprestigiado emprego doméstico vai perdendo lugar como porta de entrada no

mercado da mulher jovem pobre.² Em que pese a ampliação de demanda por parte das camadas populares, parte importante da cidadania, deve-se perguntar que misérias o acesso ao consumo não elimina.

O gráfico abaixo provém de nota técnica do IPEA (Pinheiro, Junior, Fontoura, Silva, 2016), também baseado na Pnad (IBGE), em que se evidencia o envelhecimento das trabalhadoras pela inversão do peso do grupo de domésticas de até 29 anos de idade para o grupo de 45 ou mais.



Fonte: Pnad (IBGE). Elaboração: IPEA (2016).

A nota técnica do IPEA segue na mesma linha de Brites e Picanço (2014), segundo a qual o envelhecimento da categoria se deu pela “menor renovação” da categoria. Ainda segundo o Instituto, as tendências apontam para redução motivada pelo lado da oferta:

É possível supor que a demanda pelo serviço é bastante estável. De fato, por sua estigmatização, seus baixos níveis de rendimento e proteção social e por ser marcado por discriminação e exploração, o emprego doméstico exerce pouca atratividade para as mais jovens, em geral mais escolarizadas, que preferem entrar no mercado de trabalho em outras posições, ou ainda, permanecer na desocupação (p.16, 2016, grifo nosso).

O Dieese, em boletim acerca do emprego doméstico no Brasil (2013), também evidencia mudanças de coorte quando dão destaque para o fator educação para explicar a busca por “outras formas de inserção no mercado de trabalho” por parte de mulheres jovens:

² O filme *Que Horas Ela Volta* é bastante ilustrativo do contexto de aproximação simbólica entre as classes sociais, defendido por Brites e Picanço (2014). A filha da empregada doméstica disputa vaga universitária com o filho da patroa, em Arquitetura. Não acha justo a mãe se alojar num “quartinho de empregada”, tampouco aceita o modo como a mãe é tratada pelos patrões.

Essa mudança de perfil pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais o aumento do nível de escolaridade das jovens, o que possibilita a busca por ocupações mais valorizadas socialmente, com melhores remunerações e mais formalizadas que o trabalho doméstico (Dieese, 2013).

Enquanto as mais novas verificaram melhorias educacionais e a abertura de novos horizontes, para as mulheres mais velhas, as alternativas de uma inserção diferente do emprego doméstico no mercado de trabalho se fazem mais difíceis, sobretudo quando essas trabalhadoras não tem qualificação para outra profissão (Dieese, 2013).

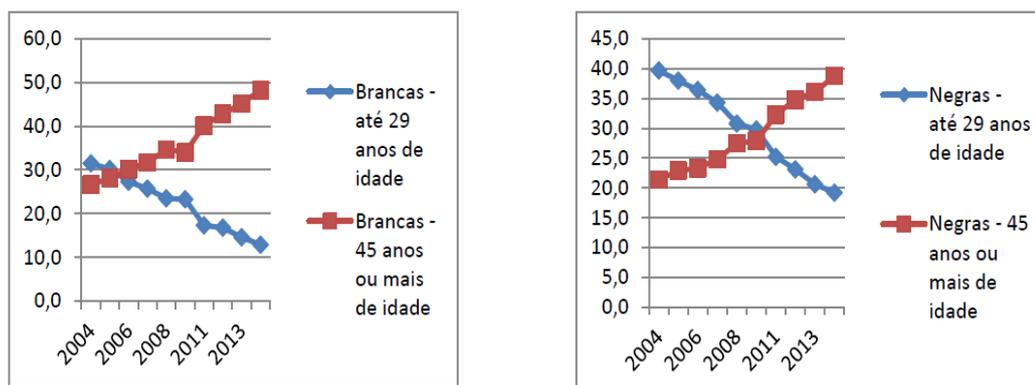
No lado da demanda por serviços domésticos, fatores da modernidade como as facilidades introduzidas com eletrodomésticos, a redução da taxa de fecundidade e a elevação de custos do serviço, balizada pela valorização do salário mínimo, podem ser levantadas para explicar a redução da demanda das famílias de classe média e alta pelos serviços (Machado, Hermeto, Wajnman, 2005). O aumento do número de diaristas, principalmente nas metrópoles, pode estar atrelada às mudanças na demanda pelos fatores listados acima. Por parte da trabalhadora, a busca por flexibilidade da jornada com vistas a conciliar o acúmulo de jornadas de trabalho remunerada e não remunerada, nas próprias residências, é um dos motivos que explicam o aumento do número relativo de diaristas. Nesse cenário, uma mesma trabalhadora pode atender mais de uma família e, assim, a categoria vai perdendo expressividade dentre outros tipos de ocupação (Myrham, Wajnman, 2007).

Se as hipóteses acima levantadas são corretas, então o envelhecimento do emprego doméstico deve ser diferente segundo região analisada. Tendo em vista as desigualdades regionais no Brasil, é razoável esperar que o processo tenha ocorrido antes nas regiões mais desenvolvidas, com maior acesso à escola pública, onde o mercado de trabalho seja maior e mais diversificado e se verifique uma maior diversidade de arranjos familiares. Assim, a depender do universo de coleta dos dados da pesquisa empírica, tem-se diferentes mudanças de perfil etário. Segundo nota técnica do IPEA sobre o emprego doméstico, com base na Pnad de 1995 a 2009:

Nas áreas metropolitanas e nas regiões Sul e Sudeste, a média de idade é maior, girando em torno de 40 anos. Em posição oposta estão as trabalhadoras de zonas rurais e das regiões Norte e Nordeste, cuja idade média está na casa dos 33 anos. Isso significa que o envelhecimento da categoria se dá de forma diferenciada ao longo do território nacional, apontando para um processo mais avançado nas zonas de maior industrialização e de economia mais rica (Pinheiro, Gonzalez, Fontoura, 2012, p.9).

A segregação ocupacional racial no mercado de trabalho torna imprescindível a análise de perfil etário das domésticas segundo raça. Se a mulher branca apresenta indicadores de uma inserção menos desfavorável no mercado de trabalho do que a mulher negra (Hermeto, Ribeiro, 1998), pode-se aventar que o envelhecimento da categoria é diferente por raça. De fato, segundo estudo do IPEA com base na Pnad (IBGE), de 2004 a 2014:

Gráfico 9 – Proporção de trabalhadoras domésticas por grupos de idade e cor/raça. Brasil, 2004 a 2014



Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Desagregando por raça, percebe-se o descompasso no tempo do envelhecimento para domésticas negras e brancas. O envelhecimento ocorreu antes para as brancas do que para as negras. Enquanto a inversão do peso das que tinham 45 anos de idade ou mais em relação às que tinham até 29 anos, indiferente por raça conforme exibido no gráfico anterior, ocorreu por volta de 2008, nota-se que para as brancas, minoria no emprego doméstico, ocorreu antes, como ilustrado no gráfico acima.

Há muito a academia se dedica ao estudo do envelhecimento populacional motivado pela queda da taxa de fecundidade e aumento de expectativa de vida dos brasileiros (Wong, Carvalho, 2006). As recentes conquistas educacionais, de legislação trabalhista e no mercado de trabalho criaram um novo interesse ao estudo de composição etária, agora direcionado a uma ocupação específica - o emprego doméstico – como um subproduto deste processo. A parca infraestrutura do Estado nos cuidados com a população idosa lança ainda maior interesse aos estudos de trabalhos de *reprodução do viver*, do qual o emprego doméstico faz parte (Kergoat, 2016); se o Estado não se faz presente na provisão de serviços públicos, sabe-se que é sobre a mulher que historicamente recaem as responsabilidades do cuidado dos membros

familiares e do lar. O inexorável envelhecimento populacional lança desafios por si só à sociedade brasileira em diversos aspectos. O envelhecimento da categoria doméstica verificado nos últimos anos reforça esses desafios sob a ótica da oferta de serviços de cuidado, tradicionalmente desvalorizados (Guimarães, 2016).

2.2 – A escolha da base de dados à luz do imbricamento das relações de poder de sexo, de raça e de classe

O objetivo dessa monografia, a análise de mudanças de perfil do emprego doméstico, não seria possível sem partir dos pressupostos teóricos do imbricamento das relações de poder de sexo, de raça e de classe, apresentados no capítulo 1. Uma mera análise de indicadores do mercado de trabalho não forneceria os elementos necessários para apreender o objeto de pesquisa. A segregação de mulheres negras no emprego doméstico é um fenômeno que só pode ter sua natureza compreendida a partir de um esforço intelectual para além da observação deste fenômeno.

À luz da teoria, os dados empíricos podem fornecer importantes informações das mudanças recentes de perfil da categoria. Para tanto, recorreu-se à Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), cujo objetivo consiste em “produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitam avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazo, do mercado de trabalho”³. Os dados são coletados na área urbana de seis regiões metropolitanas do Brasil - Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. O questionário da pesquisa é aplicado em pessoas de 10 anos ou mais e consiste em informações individuais como sexo, raça e idade dos moradores do domicílio, além de informações de inserção no mercado de trabalho, como rendimento do trabalho e ocupação, classificadas com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Trata-se de um painel rotativo, motivo pelo qual a PME torna-se útil em estudos de mobilidade ocupacional no Brasil; um mesmo domicílio é entrevistado mensalmente quatro vezes consecutivas, com oito meses de intervalo, após os quais ocorrem quatro coletas finais. Parte dos domicílios é renovada continuamente a fim de garantir variância na estimativa. O esquema em painel permite acompanhar as dinâmicas dos indivíduos de um mesmo domicílio num intervalo de 1 ano, como transições de condição de atividade ou ocupação. Um artifício comumente empregado na literatura empírica de mobilidade ocupacional é a construção de pseudo-paineis de coorte de

³ Fonte: documentação da PME (IBGE).

nascimento, a qual permite o acompanhamento de transições longitudinais, e não só transições anuais. Por fim, cabe dizer que a escolha da PME foi feita levando em conta possíveis desdobramentos dessa monografia, qual seja, o estudo de transição de *status* das domésticas entre 2004 e 2014 utilizando pseudo-paineis a nível de coorte.

As variáveis utilizadas na análise descritiva do emprego doméstico e do restante da força de trabalho foram sexo, raça, idade, rendimento do trabalho principal, posse de carteira de trabalho e anos de estudo. As variáveis raça e gênero escolhidas para a pesquisa empírica passarão todas as tabulações e gráficos apresentados neste capítulo, em consonância com a perspectiva teórica interseccional.

A variável anos de idade permitirá verificar dinâmicas diferenciadas por coorte de nascimento seguindo a hipótese de que pessoas de mesmo ano de nascimento vivenciam aproximadamente uma mesma série de eventos, nem sempre captados pelos dados.

O recorte no tempo, de 2004 a 2014, foi feito considerando importantes mudanças no período. A literatura sobre mobilidade ocupacional busca levar em consideração não apenas atributos pessoais, mas efeitos de ciclo econômico e de período na alocação de mão de obra. Sabe-se que o cenário internacional, favorável pela alta de preço das commodities, gerou ganhos que foram canalizados entre outros objetivos para a redução de desigualdades sociais ao longo do período (Barbosa, 2013).

As categorias sócio-ocupacionais, empregadas nessa monografia, são fruto de um esforço de classificação das diversas ocupações existentes em grupos que guardem relações entre si não só por nível de remuneração, como é de praxe em estudos econômicos, mas que incluam outras dimensões capazes de mensurar o poder/submissão do trabalhador(a) no exercício da profissão e o prestígio social das ocupações. No Brasil, os estudos de Nelson do Valle Silva foram pioneiros na proposição de uma escala sócio-econômica, tendo utilizado como variáveis fundamentais nível de renda e anos de estudo. O IBGE retomou essa linha de trabalho e propôs nova tipologia, resultante em nove categorias (1994). A tipologia utilizada nesta monografia se insere nessa mesma linha ao redefinir, a partir da tipologia do IBGE, quatro categorias sócio-ocupacionais, quais sejam, superior, média, manual e doméstica.

Algumas ressalvas devem ser feitas quanto ao universo amostral da base de dados, que ignora o fenômeno do emprego doméstico em cidades de pequeno e médio porte. Sabe-se que o emprego doméstico tem diferentes contornos conforme características do mercado de trabalho e do nível de desigualdade de renda e

educacional do município. A fim de ilustrar, em cidades com economia menos dinâmica e mais desigual, com menos perspectivas no mercado de trabalho e educacionais para as mulheres pobres, o peso do emprego doméstico frente outras formas de ocupações femininas tende a ser maior, já que as mulheres pobres e pouco escolarizadas teriam que se integrar marginalmente no sistema a fim de obter meios de se sustentar (Saffioti, 1978).

Por outro lado, as semelhanças de perfil nos diferentes “Brasis” devem ser significativas. Em semelhante investigação empírica acerca do emprego doméstico, cuja amostragem foi feita no município de Araraquara (SP), Saffioti argumenta:

Haverá, certamente, diferenças entre esta cidade e outras de maior porte e complexidade. (...) As semelhanças, todavia, devem ser enormes. A extração sócio-econômica das mulheres deve ser bastante homogênea, seu universo cultural, muito parecido; e a posição de subordinadas que ocupam, idêntica (1978, p.23).

2.3 – Análise comparativa do perfil da categoria doméstica frente as demais categorias sócio-ocupacionais a partir da PME (IBGE).

Tendo em vista o contexto descrito e as características da base de dados, será apresentada a análise empírica acerca das mudanças recentes de perfil do emprego doméstico numa perspectiva comparada às demais categorias sócio-ocupacionais, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego de 2004 a 2014, apresentando também resultados instigantes que podem se aproveitados em futuras investigações acerca de mobilidade ocupacional por sexo e raça no Brasil.

2.3.1 – Composição das categorias sócio-ocupacionais superior, média, manual e doméstica por atributos de sexo e raça

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das categorias sócio-ocupacionais superior, média, manual e doméstica por sexo e raça (branca ou negra).

TABELA 1: Composição das categorias sócio-ocupacionais no Brasil metropolitano por sexo e raça, 2004 e 2014 (%).

	2004				2014			
	Superior	Média	Manual	Doméstica	Superior	Média	Manual	Doméstica
HB	39,33	29,79	29,41	1,15	33,28	25,77	26,19	0,93
HN	13,66	29,76	35,39	2,53	14,67	29,64	36,66	2,13
MB	35,21	21,61	18,54	33,72	34,95	21,5	17,21	33,71
MN	11,8	18,84	16,66	62,59	17,11	23,09	19,94	63,23
Total	100							

Nota: HB (homem branco), HN (homem negro), MB (mulher branca), MN (mulher negra).

Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

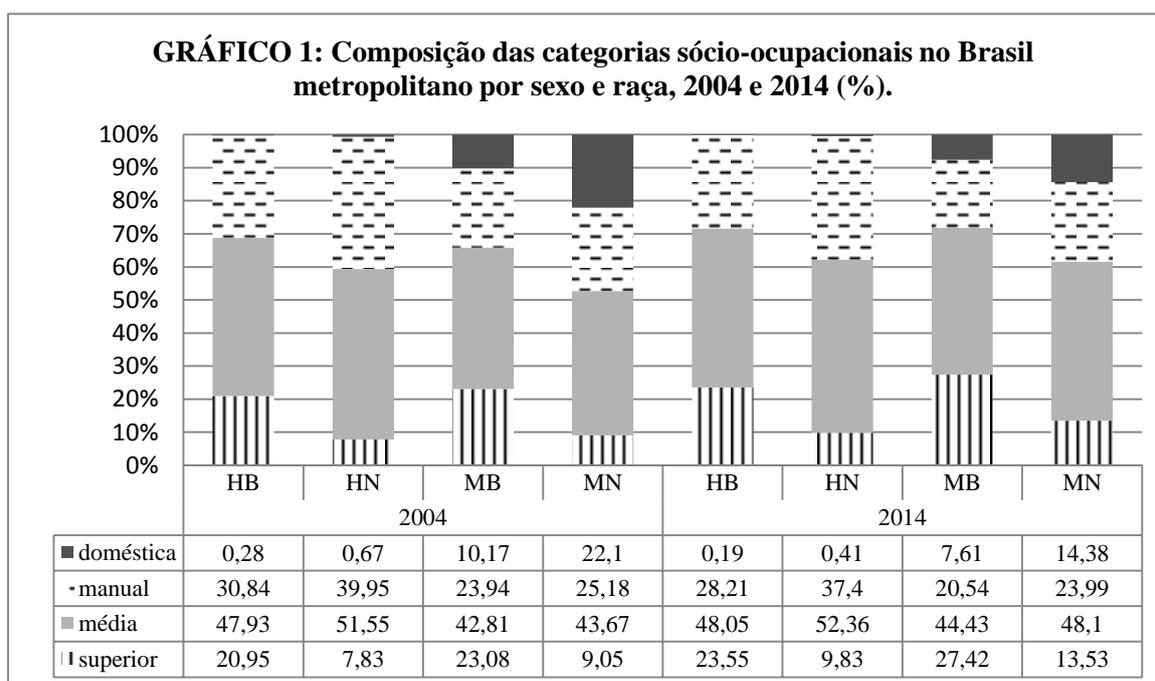
Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego mostram uma distribuição desigual dos grupos de sexo e raça entre as categorias sócio-ocupacionais. A categoria doméstica é praticamente inexistente para os homens brancos ou negros. A categoria superior é a que mais contrasta com a doméstica em termos de composição, apresentando maior representatividade de homens brancos (cerca de 39% dos ocupados). Em seguida, as mulheres brancas, com 35%. Homens negros, 14% e por fim a mulher negra, 12 a cada 100 pessoas ocupadas. As categorias média e manual são compostas em sua maior parte por homens, sendo os brancos ou negros cerca de 30% do total de ocupados cada. Estas categorias são menos desiguais na composição por sexo e raça do que as de tipo superior e doméstica.

A despeito da moderna noção de igualdade de oportunidades para os indivíduos, independente de atributos físicos, vê-se como as discriminações de raça e gênero se articulam e garantem a perpetuação da segregação ocupacional, já bastante discutida na literatura (Hermeto, Ribeiro, 1998) e novamente verificada segundo os dados da PME. A segregação ocupacional diz respeito à inserção diferenciada entre os grupos no mercado de trabalho, em ocupações diferentes e desiguais. Ela é caracterizada por um “maior leque de ocupações” para homens brancos e a concentração de mulheres e negros em “ocupações que tendem a remunerar pior ou gerar menores benefícios” (Hermeto, Ribeiro, 1998, p. 2688).

Se a passagem do sistema de castas para a sociedade de classes com o fim da abolição da escravidão no Brasil permitiu um “aumento substantivo da mobilidade social”, por outro lado, os dados empíricos apresentados na tabela acima evidenciam a permanência das desigualdades de raça, caindo por terra o argumento segundo o qual bastava a modernização da sociedade brasileira para sanar as desigualdades herdadas do

período da escravidão. Isso porque o racismo foi institucionalizado no pós-abolição como forma de manter o privilégio dos brancos numa sociedade que se constituía numa estrutura de classes e, portanto, menos rígida quanto à ascensão social do que no sistema de castas. (Osorio, 2008).

No que diz respeito especificamente ao emprego doméstico, a concentração de mulheres negras evidencia o imbricamento de mecanismos discriminatórios de sexo e raça vigentes. Os dados mostram com clareza a presença feminina no emprego doméstico. Em 2004, as mulheres representavam cerca de 96% dos ocupados sendo que somente as mulheres negras representavam 63% do total. Em seguida, as mulheres brancas com 34%, homens negros com 3% e homens brancos, 1%. Em 2014, pouco mudou quanto a composição por sexo e raça, permanecendo essencialmente uma categoria feminina e com maior presença de mulheres negras. Como foi dito, a estrutura de classes foi sendo construída permeada de discriminação racial e preconceito e assim marginalizando o negro dos setores mais dinâmicos da economia, o que explica a reprodução das hierarquias ocupacionais segundo raça (Osorio, 2008). Quanto à expressiva presença de mulheres negras no emprego doméstico, pode-se pensar ser a versão assalariada da escrava de cor. (Saffioti, 1978). Além disso, a divisão sexual do trabalho explica a inexpressiva parcela de homens ocupados no serviço doméstico. (Ávila, 2016). Outra maneira de visualizar a distribuição desigual dos grupos de sexo e raça nas categorias sócio-ocupacionais é apresentada no gráfico e tabela abaixo.



Nota: HB (homem branco), HN (homem negro), MB (mulher branca), MN (mulher negra).

Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

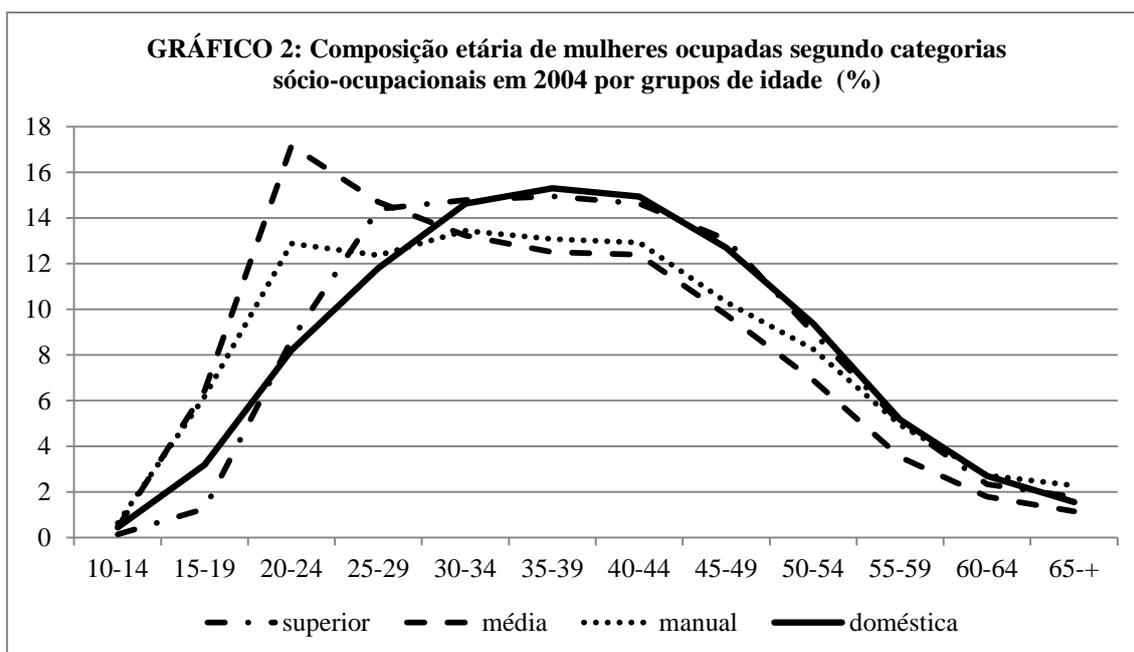
Além da caracterização feita acima, os dados sugerem perda de importância do emprego doméstico e das categorias manuais frente outras formas de ocupação, para todos os grupos de sexo e raça. Em contrapartida, houve aumento do peso relativo das categorias média e superiores, também para todos os grupos. Quanto ao emprego doméstico, pela tabela apresentada, vê-se que se em 2004, a cada 100 mulheres brancas ocupadas, 10 se encontravam no emprego doméstico, em 2014, a cifra cai para cerca de 8. Para as mulheres negras, a redução é mais nítida: a cada 100 ocupadas, 22 eram domésticas em 2004 contra 14 em 2014.⁴ A categoria é praticamente inexistente para o homem branco ou negro, tanto em 2004 quanto em 2014, representando menos de 1 a cada 100 ocupados, seja branco ou negro.

A caracterização do emprego doméstico enquanto uma categoria essencialmente feminina e negra inspira um olhar específico direcionado às empregadas domésticas. Nas tabelas e gráficos a seguir, serão apresentado dados referentes apenas ao universo feminino da ocupação, numa perspectiva de raça.

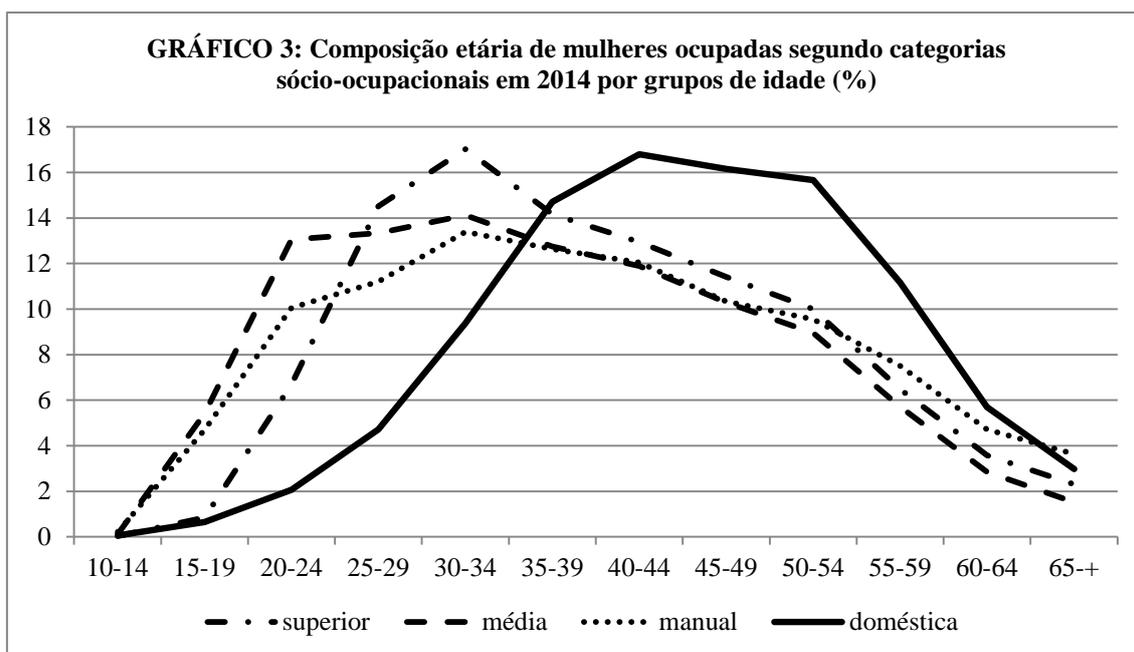
2.3.2 – Envelhecimento relativo da categoria doméstica

Os gráficos abaixo exibem o perfil etário por grupos de idade das categorias sócio-ocupacionais em 2004 e 2014 (%).

⁴ Entretanto, a partir dos dados apresentados acima, não se sabe o sentido da movimentação, ou seja, não é possível dizer se houve mobilidade entre as categorias ou mobilidade por condição de atividade, para dentro ou fora da força de trabalho. Os dados da PME permitiriam análises de pseudo-coorte e a construção de matrizes de transição entre categorias e por condição de atividade, o que será feito em outras etapas dessa pesquisa. Ainda assim, tendo em vista as mudanças recentes na economia e sociedade apresentadas no capítulo teórico, pode-se aventar ao menos dois cenários possíveis: o primeiro cenário é o de mobilidade das mulheres ocupadas nas categorias manual e doméstica para as demais categorias; o segundo no qual as novas entradas de mulheres no mercado de trabalho tenham ocorrido em maior peso nas categorias média e superior do que manual e doméstica.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

Numa perspectiva comparada, percebe-se com clareza o envelhecimento da categoria doméstica. Se em 2004 o perfil etário do emprego doméstico apresentava distribuição semelhante às demais categorias, com maior percentual de trabalhadoras na faixa dos 30-44 anos, em 2014, uma nova configuração se apresenta, com maior representatividade de domésticas entre 45-54 anos. Houve expressiva redução de participação de domésticas até os 29 anos (se antes cerca de 24% do total de domésticas tinha até 29 anos, em 2014, a cifra cai para 7%).

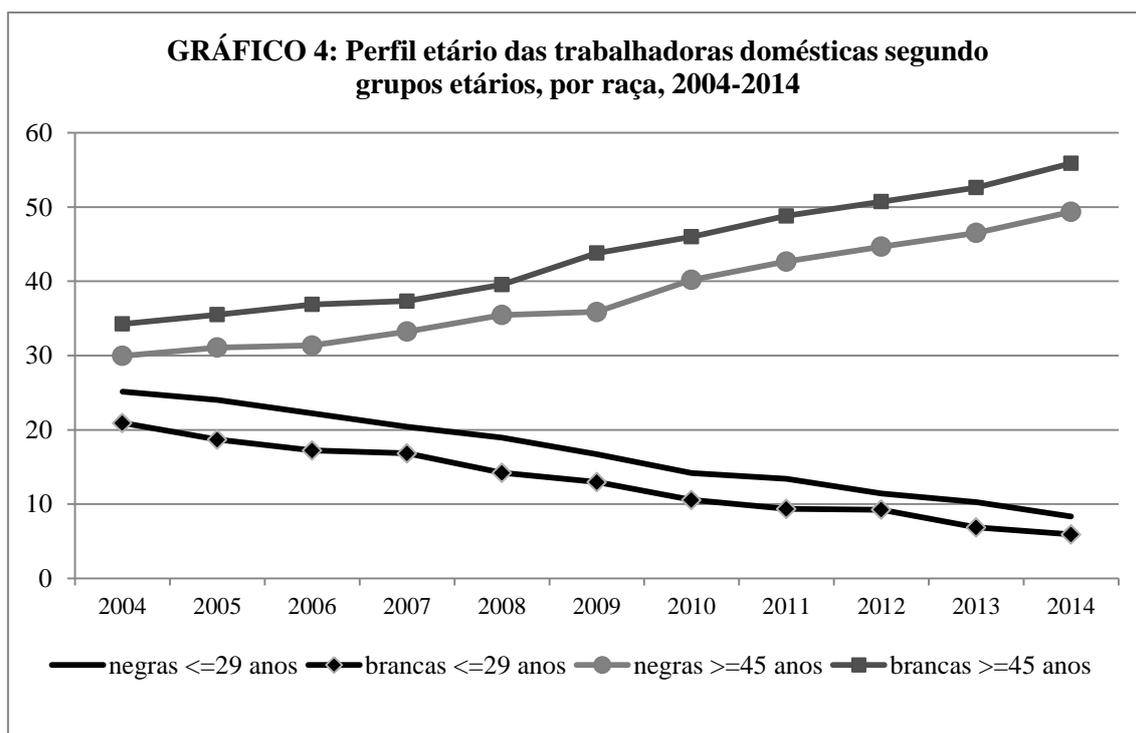
A hipótese da educação é usualmente utilizada em vários estudos para explicar o envelhecimento da categoria; estando mais qualificadas, as mulheres jovens e pobres tentariam outras formas de inserção no mercado de trabalho, levando à maior representatividade de domésticas mais velhas (Pinheiro, Junior, Fontoura, Silva, 2016; Dieese, 2013). Ademais, foi visto neste trabalho que, paralelo ao processo de envelhecimento, foi verificada retração da categoria, ou seja, diminuição relativa do peso do emprego doméstico entre as mulheres ocupadas. A educação não é o único fator explicativo dessas mudanças; uma maior qualificação *per si* não garante mudanças na estrutura do mercado de trabalho, no que tange à segregação por sexo e raça.

É provável que a conquista de maior nível educacional aliado à ampliação de oferta de empregos para as mulheres e o ganho de poder de compra no período tenha modificado expectativas em relação ao consumo e estilo de vida. Os ganhos reais de renda da base da classe trabalhadora ajudam a explicar o contexto de “maior aproximação simbólica entre as classes sociais, em especial as classes média e populares” na qual o acesso ao consumo e a “ampliação de horizontes” teria reforçado o não-lugar do emprego doméstico entre as mulheres pobres (Brites, Picanço, 2014).

Assim, diferentemente do envelhecimento da força de trabalho, relacionada à queda da taxa de fecundidade e ao aumento da expectativa de vida, já bastante discutida na literatura demográfica (Machado, Hermeto, Wajnman, 2005), o envelhecimento da categoria, quando pensada pelo lado da oferta trabalho, é explicada pela desvalorização histórica do trabalho doméstico remunerado atrelado às mudanças na sociedade brasileira, tendo destaque as conquistas educacionais e a “abertura de novos horizontes” às mulheres jovens pobres, com possíveis mudanças de expectativas, ao menos para essa geração, em torno do “trabalho ideal” (Brites e Picanço, 2014).

Do lado da demanda, é razoável supor que fatores da vida moderna, como, por exemplo, a maior praticidade introduzida nos lares das famílias de classe média-alta brasileiras com os eletrodomésticos, a queda na taxa de fecundidade e a redução do tamanho das famílias (Machado; Hermeto; Wajnman, 2005), além do aumento dos custos com as domésticas com a valorização real do salário mínimo nos últimos anos (Dieese, 2013) nos ajudem a explicar as mudanças de perfil da categoria.

A seguir, o gráfico de composição etária por grupos de idade das domésticas por raça:



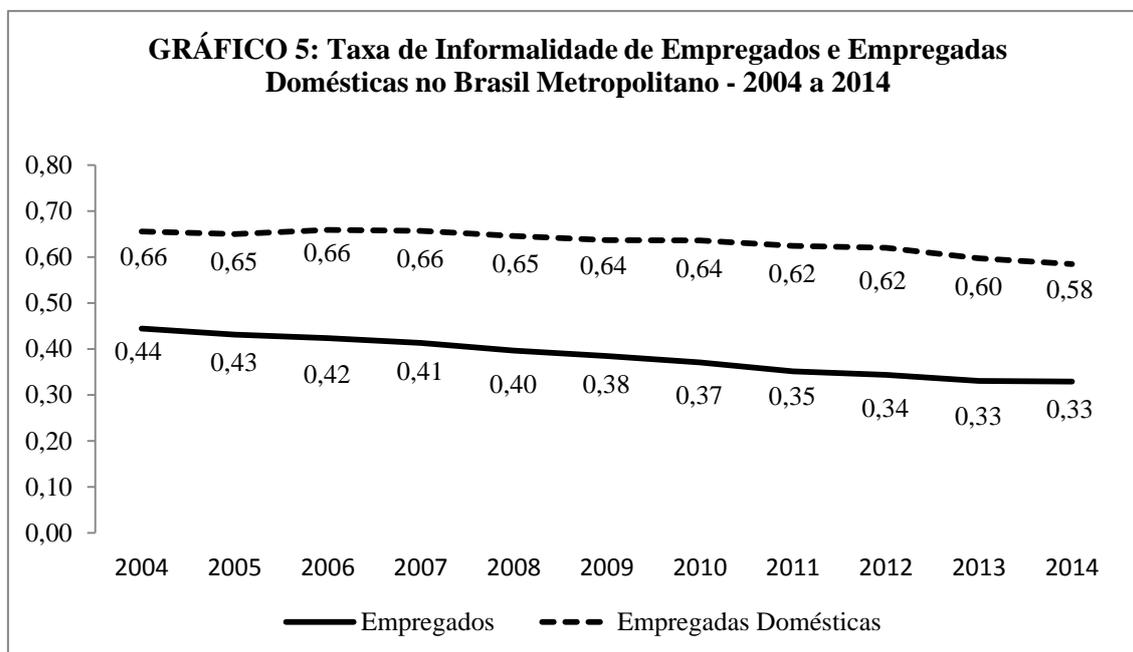
Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

O gráfico de composição etária das domésticas exibe tendência de envelhecimento para ambas as raças. Já em 2004, o peso da coorte com 45 anos de idade ou mais é superior ao peso da coorte menor ou igual a 29 anos, para brancas e negras. Em 2014, as proporções se distanciam ainda mais, nítido no gráfico em forma de “boca de jacaré”. É de se notar também que, para todos os anos, as domésticas brancas encontram-se mais envelhecidas do que as negras, tanto no maior peso das que tem 45 anos de idade ou mais quanto no menor peso das menores ou iguais a 29 anos de idade.

O gráfico acima, inspirado em semelhante ilustração elaborada pelo IPEA (Pinehiro, Junior, Fontoura, Silva, 2016), corrobora o estudo citado no sentido que, ao que parece ter ocorrido, o envelhecimento das domésticas brancas, pela inversão do peso dos grupos de idade, ocorreu antes para as brancas do que para as negras, conforme análise da referida pesquisa. Cabe lembrar que o estudo do IPEA foi feito com base na PNAD-IBGE e, provavelmente, pelo distinto universo da base de dados, para além da região urbana metropolitana captada pela PME-IBGE, de economia menos rica e dinâmica, encontrou um perfil menos envelhecido do que o exibido acima, para ambas as raças.

2.2.3 – Informalidade das domésticas e da força de trabalho

No gráfico a seguir, é apresentada a evolução da taxa de informalidade para as domésticas em comparação com a população empregada.



Nota: A taxa de informalidade de empregados acima diz respeito ao percentual de ocupados (homens e mulheres) sem carteira de trabalho dentre os empregados, ou seja, exclui-se os empregadores do cálculo. Para as domésticas, a taxa foi calculada apenas para as mulheres ocupadas. Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

Pelo gráfico acima, nota-se que as domésticas são mais atingidas pela informalidade do que os empregados em todo o período, sendo que a maior parte delas não tem registro em carteira, no Brasil metropolitano. Ademais, houve tendência de queda gradual da informalidade tanto para os empregados quanto para as domésticas, entretanto com maior resistência de queda na categoria doméstica (-26% para o total de empregados e -11% para as domésticas, de 2004 a 2014). Em 2014, a informalidade das domésticas foi cerca de 76% maior que o resto da classe trabalhadora: 58% contra 33%.

Dentre os efeitos sobre a economia brasileira do aumento da demanda e da alta do preço das commodities está o crescimento econômico e o aumento do número de contratos formais de trabalho, refletido no gráfico acima. Segundo Baltar e Krein, a melhora do indicador de informalidade dos empregados desde 2004 ocorreu na contramão das tendências globais de flexibilização das relações de trabalho com a reorganização produtiva. Em que pese a crescente formalização, o mercado de trabalho brasileiro segue apresentando características de uma economia subdesenvolvida, com significativo peso de trabalhadores informais (Baltar, Krein, 2013).

Uma hipótese para explicar a queda da informalidade das domésticas é o envelhecimento da categoria, já apontada pela literatura sobre o emprego doméstico referente aos anos 1990 no Brasil (Liberato, 1999 apud Myrrha, Wajzman 2007). Os dados da PME apontam no mesmo sentido, já que as domésticas mais novas, cuja participação relativa caiu no período analisado, são mais marcadas por vínculos informais de trabalho que as mais velhas. Na tabela abaixo, vemos que a diferença de informalidade chega a cerca de 10% ou mais entre as de 15 a 24 anos de idade e as de 25 a 54, para brancas e negras.

TABELA 2: Taxa de informalidade das empregadas domésticas por grupos de idade e raça, em 2004 e 2014 (%).

	2004		2014	
	Negras	Branças	Negras	Branças
de 15 a 24 anos	77,02	72,03	66,48	68,89
de 25 a 54 anos	63,54	62,59	56,80	55,20
acima de 55 anos	68,17	75,41	65,95	65,13

Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria

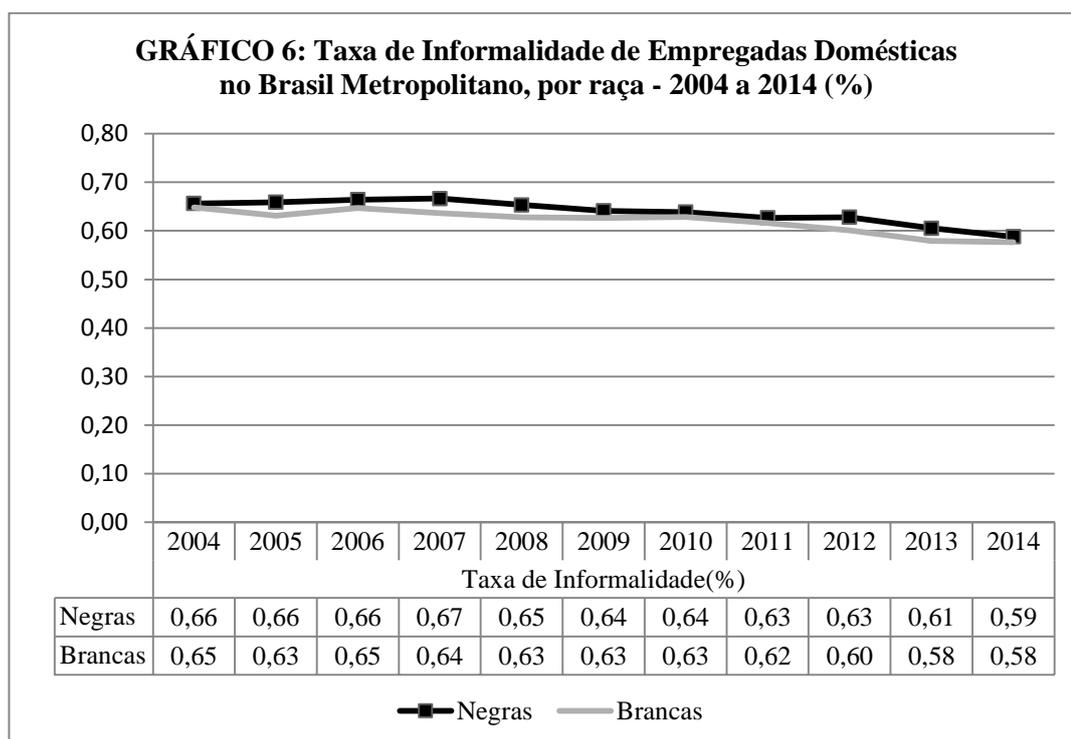
Assim, a redução de participação das domésticas de até 24 anos e o aumento do peso da faixa de 25 a 54 anos, em que se encontram os menores índices de informalidade, pode explicar a tendência de queda da informalidade ao longo do período exibida no gráfico anterior.

O histórico tratamento desigual na legislação trabalhista é um dos fatores explicativos da permanência de elevadas taxas de informalidade no emprego doméstico. Somente em 1972 a profissão foi reconhecida em Lei e determinada a assinatura da carteira de trabalho das domésticas mensalistas (Pinheiro, Gonzalez, Fontoura, 2012). As resistências em enxergá-lo como trabalho decente são explicadas pela noção bastante difundida no âmbito legal e mesmo acadêmico de que por ser realizado em âmbito familiar e não gerar um produto para ser vendido no mercado, o emprego doméstico seria considerado trabalho improdutivo.

O período analisado antecede a conquista da integralidade de direitos conquistada por meio da PEC das Domésticas. Apesar dos desafios aos gestores públicos em fazer valer a Lei, já que houve polêmica na sociedade brasileira em torno da equiparação de direitos das domésticas ao restante da classe trabalhadora, além do âmbito privado familiar dificultar a fiscalização por parte do Estado, espera-se com a PEC maior formalização da categoria nos próximos anos (Dieese, 2013).

Uma força contrária à tendência de queda da informalidade das domésticas verificada no período é o aumento do número relativo de diaristas, principalmente nas regiões metropolitanas (Dieese, 2013). Sabe-se que elas tendem ser mais atingidas pela informalidade do que as mensalistas, já que geralmente as diaristas prestam o serviço para várias famílias, dificultado a assinatura do contrato com uma família específica (Myrrha, Wajnman, 2007).

A evolução da taxa de informalidade das domésticas por raça é apresentada no gráfico abaixo:



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

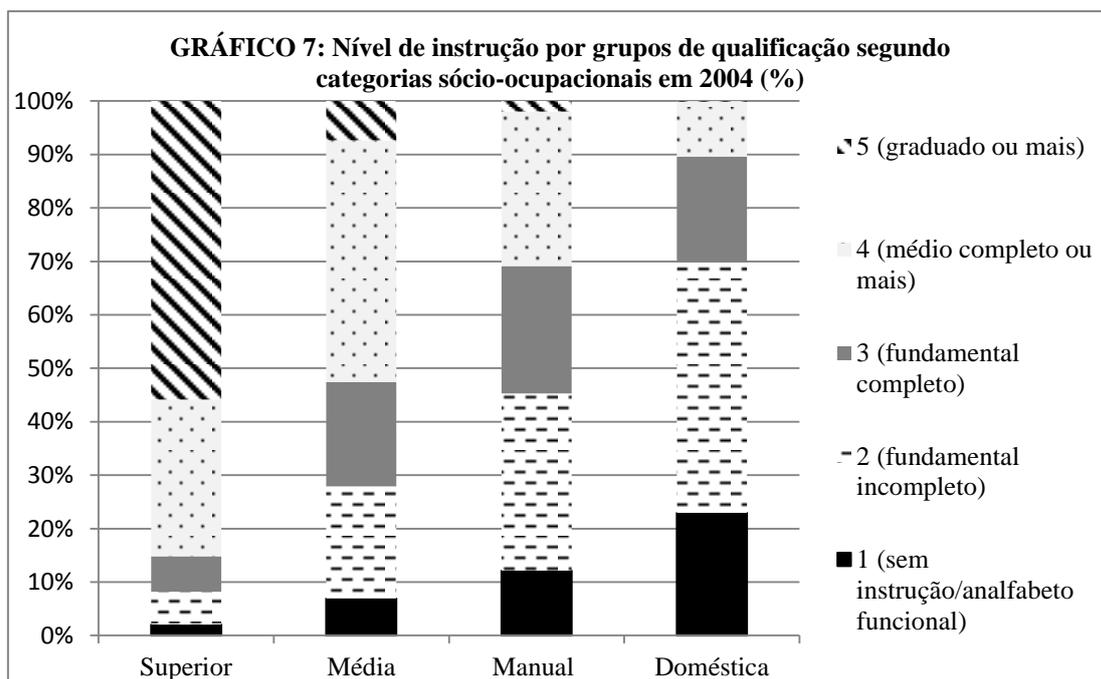
Pelo exibido no gráfico acima, nota-se queda da informalidade entre as domésticas, tanto negras quanto brancas. Em 2004, 66% das negras não tinha vínculo formal de trabalho, contra 59% em 2014. Quanto às brancas, 65% não tinha carteira assinada em 2004, para 58% em 2014.

A taxa de informalidade apresenta leve diferença de nível por raça, em todo o período. Como pode-se perceber pelo gráfico anterior, as trabalhadoras já são discriminadas por estarem inseridas no emprego doméstico, independente da cor. Ainda que a diferença seja pequena, a probabilidade de não ter carteira de trabalho é maior se a empregada for negra, em todos os anos analisados. Uma possível explicação reside na natureza interligada da opressão sofrida pela doméstica negra (Collins, 2016) já que, além da opressão de classe, vinculada à ocupação desprestigiada e desvalorizada, são

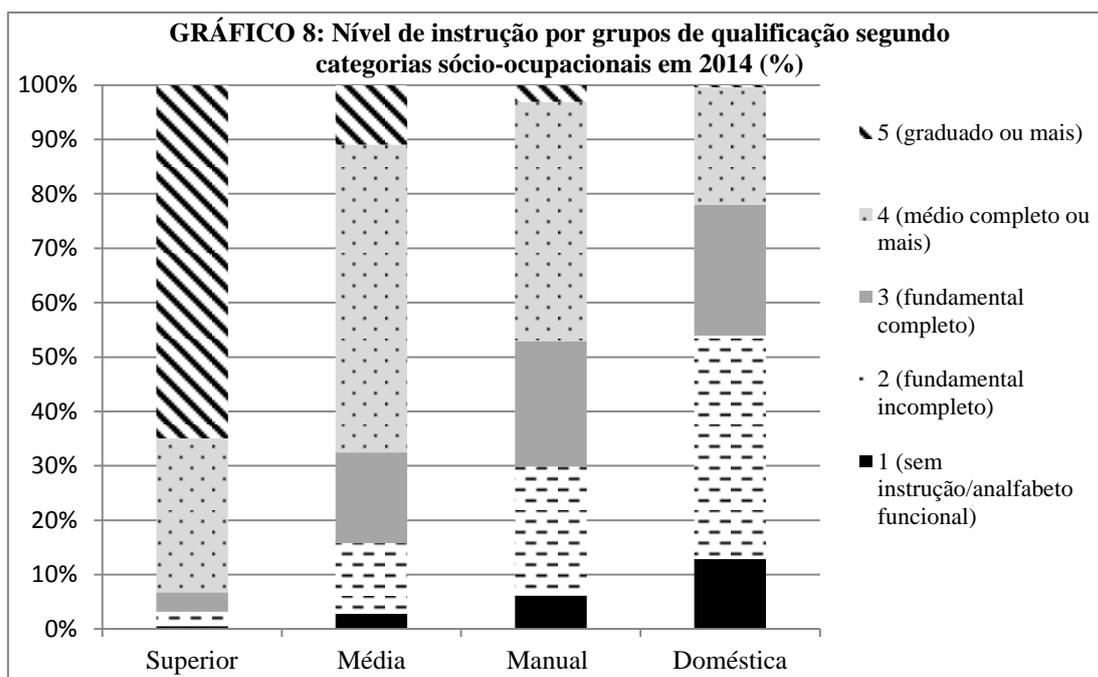
discriminadas também pela cor da pele, por isso a probabilidade de não ter carteira de trabalho é maior para negras do que para brancas. De qualquer jeito, vemos que as domésticas negras estão em situação de maior vulnerabilidade e precariedade que as brancas, já que a probabilidade de não ter carteira de trabalho é maior para as negras.

2.2.4 – Nível educacional das domésticas e demais categorias

As figuras abaixo exibem a composição educacional da força de trabalho por grupos de anos de estudo segundo as categorias sócio-ocupacionais em 2004 e 2014 (%).



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.



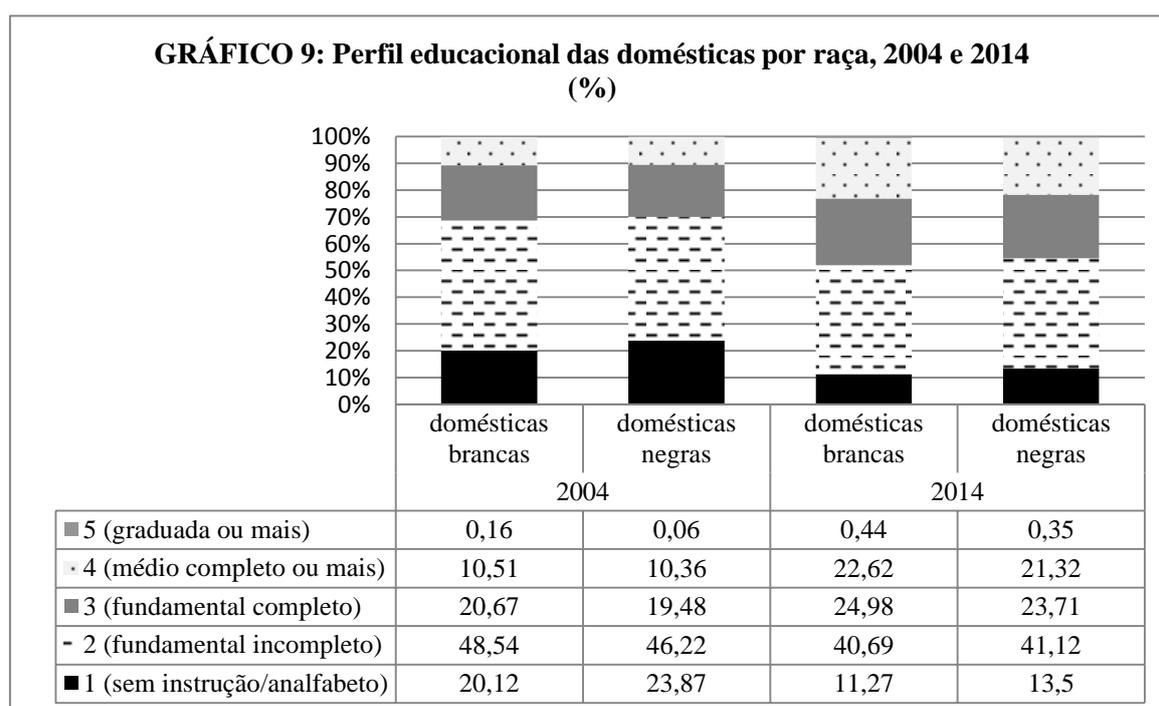
Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

A constatação mais evidente que pode ser feita é quanto às disparidades educacionais entre as categorias sócio-ocupacionais. Tanto em 2004 quanto em 2014, os da categoria superior são os mais qualificados, seguidos da categoria média, manual e, por último, as domésticas. Em 2004, a maior parte dos trabalhadores da categoria superior tem diploma de graduação ou mais. Os da categoria média, em sua maior parte, tem ensino médio completo. A categoria manual é mais heterogênea na distribuição, mas ainda caracterizada por baixo nível educacional (mais de 40% não tem fundamental completo, sendo cerca de 10% destes analfabetos). No caso das domésticas, 70% delas sequer tem fundamental completo. Além disso, cerca de 1 a cada 5 são analfabetas.

Em 2014, nota-se um avanço no nível educacional geral entre as categorias. Tal fato pode ser atribuído às melhorias no ensino público brasileiro desde a década de 1990 e a incorporação dos trabalhadores mais qualificados na força de trabalho pela ampliação da oferta de empregos no período analisado. A aproximação da universalização do ensino fundamental desde a década de 1990 explica a elevação do percentual de trabalhadores com fundamental completo, o que se relaciona com a maior representatividade de trabalhadores com ensino médio completo, ainda que persistam graves problemas de acesso e fluxo escolar para este nível (Rigotti, 2012). Em que pese os avanços no ensino fundamental, a redução do peso das coortes em idade entre 7 e 14 anos é um fator contextual importante para explicar o maior acesso ao ensino (Riani; Rios-Neto, 2007). A menor pressão demográfica também ajuda a explicar uma menor distorção na idade-série para o Fundamental.

Ademais, ações afirmativas implementadas nos anos 2000 contribuíram para a democratização do ensino superior, diversificando o perfil racial e social do corpo discente (Jaccoud, 2008). Por ser uma conquista recente, as cotas raciais nas universidades podem não ter tido tanto impacto no perfil educacional da força de trabalho, como foi o caso do ensino básico. De todo modo, as mudanças verificadas desde a década de 1990 ampliaram o acesso da população dos estratos menos favorecidos à escola, sobretudo da população negra. Isso se reflete no nível educacional da força de trabalho, sobretudo nos trabalhadores mais jovens que verificaram a melhoria no ensino, o que eleva o nível educacional da força como um todo. O avanço no nível educacional verificado em todas as categorias também explica a permanência das disparidades educacionais entre os grupos ao longo dos anos, como mostram os gráficos acima.

A permanência de baixos níveis educacionais, como os 10% de domésticas analfabetas em 2014, pode ser explicada em parte pelas trabalhadoras mais velhas que, no geral, não se beneficiam das melhorias do ensino público (Dieese, 2013). Com a progressiva aposentadoria ou saída das trabalhadoras mais velhas e menos instruída do emprego doméstico, é de se esperar um aumento do nível educacional da categoria nos próximos anos. O gráfico abaixo mostra o perfil educacional das domésticas em 2004 e 2014 por raça.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

Nota-se que não há diferenças educacionais significativas entre domésticas brancas e negras nos dois anos analisados. Tal fato não é de se espantar uma vez que o emprego doméstico é um *locus* ocupacional das mulheres pobres e pouco escolarizadas, ou seja, são as trabalhadoras pouco escolarizadas as que procuram no emprego doméstico uma alternativa de sobrevivência, independente da raça (Saffioti, 1978; Brites, Picanço, 2014). Ainda que seja importante notar o maior peso do analfabetismo funcional entre as domésticas negras, tanto em 2004 quanto em 2014.⁵

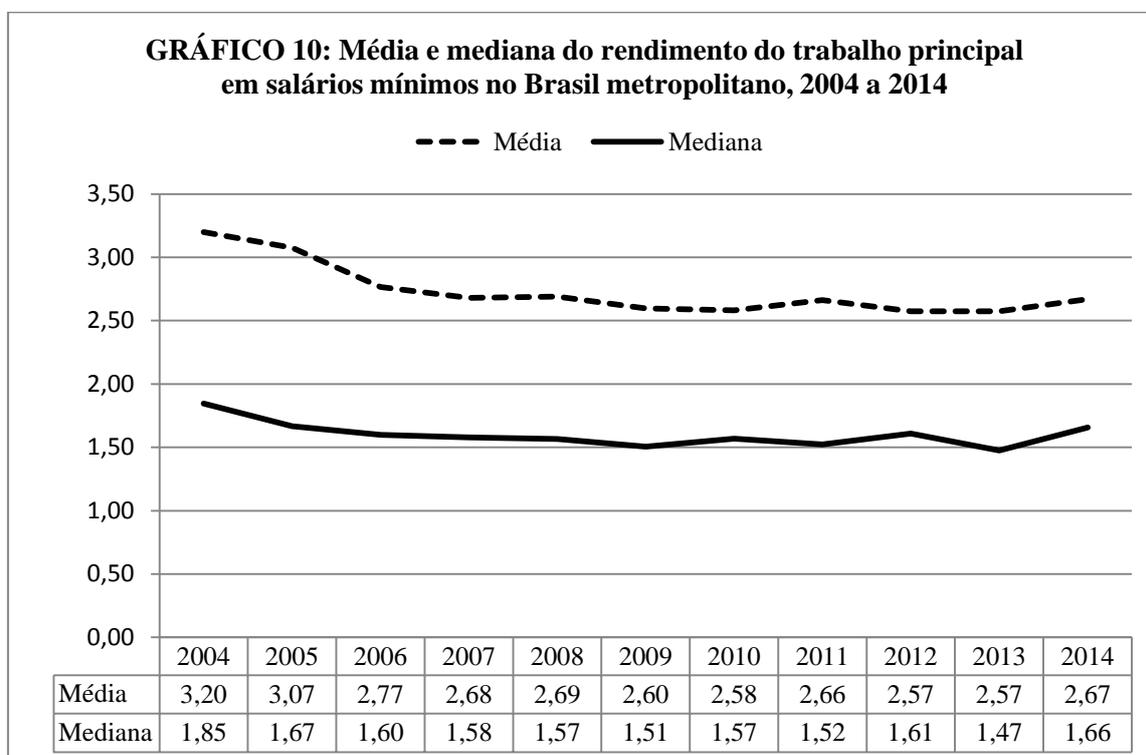
Outro ponto importante, já mencionado acima, é a elevação de escolaridade geral das domésticas explicada pelos avanços educacionais no ensino público brasileiro. Como pode-se observar pela tabela, houve inversão do peso de analfabetas funcionais e das que têm ensino médio completo. Em 2004, as analfabetas representavam em torno de 20% ou uma a cada cinco domésticas para pouco mais de 10% em 2014, enquanto que no nível médio completo foi o contrário, de cerca de 10% em 2004 para cerca de 20% em 2014.

O maior acesso ao ensino público, inclusive o universitário tornado possível pelas cotas, pode ter permitido outro tipo de inserção no mercado para as mulheres pobres (Brites, Picanço, 2014). Assim, a elevação educacional das domésticas poderia ser ainda maior caso a ocupação não fosse tão desvalorizada e desprestigiada. De fato, a elevação de escolaridade da população brasileira não foi expressa no aumento significativo do número de domésticas com graduação, posto que a profissão não exige qualificação deste tipo. As habilidades do cuidado da casa são naturalizadas femininas e ensinadas no processo de socialização da mulher, dispensando assim qualificação formal. (Saffioti, 1978, p. 57). Desse modo, dentre as categorias sócio-ocupacionais apresentadas, a das domésticas seria a que menos reflete as conquistas educacionais da população brasileira no período assinalado. Permanece, assim, uma ocupação de baixa qualificação, com 50% ainda sem fundamental completo em 2014.

⁵ O maior peso do analfabetismo funcional entre domésticas negras pode ter relação com a entrada mais precoce no emprego doméstico por parte da mulher negra, antes mesmo de frequentar a escola.

2.2.5 – Rendimento do trabalho principal das domésticas e demais categorias

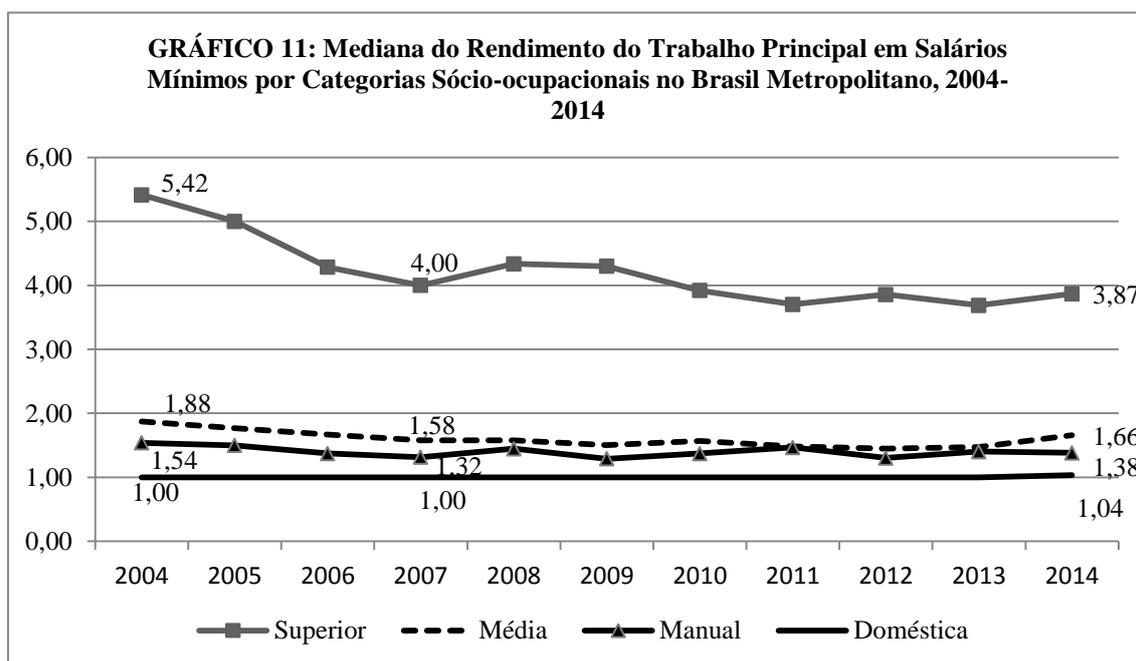
Nos gráficos abaixo, são apresentadas evidências da distribuição de rendimento no Brasil metropolitano segundo a média e mediana de rendimento do trabalho principal da classe trabalhadora.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

Uma maneira de analisar a evolução da distribuição de rendimentos do trabalho no Brasil metropolitano é feita através da média e mediana do rendimento do trabalho em relação ao valor do salário mínimo (SM). Ambas são medidas de tendência central de um conjunto de dados, porém no Brasil, tendo em vista a desigualdade da distribuição de rendimentos, a média não é tida como boa medida de tendência central, já que é afetada por poucos valores muito altos de rendimento. Em 2004, a média do rendimento era 3,20 salários mínimos com tendência de queda mais clara até 2007, a partir do qual se estabiliza em torno de 2,60 SM. A mediana também caiu no mesmo período, com tendência de queda mais clara até 2009 (1,51 SM), e atingindo 1,66 SM em 2014. De todo modo, considerando todo o período, o comportamento tanto da média quanto da mediana indicam distribuição menos desigual da renda do trabalho (Dieese, 2015). A política de valorização do salário mínimo com reajustes acima da inflação garantindo ganho de poder de compra de parte considerável da classe trabalhadora ajuda a explicar a aproximação das medidas de tendência central.

A seguir, evidências da distribuição do rendimento por categorias sócio-ocupacionais segundo mediana do rendimento do trabalho principal/SM.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

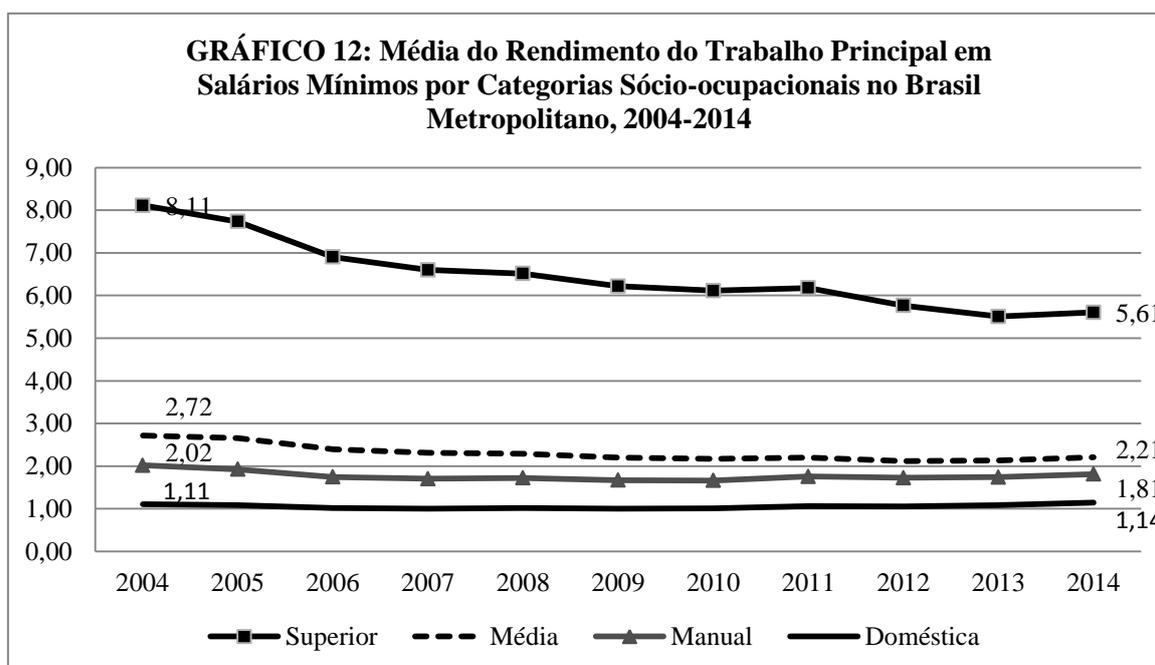
Decompondo a mediana do rendimento do trabalho principal em salários mínimos por categorias sócio-ocupacionais, nota-se diferentes níveis de rendimento: a categoria superior é a melhor remunerada, seguida das categorias média, manual e, por último, domésticas. A maior disparidade encontrada em todo o período diz respeito à categoria superior frente as demais, atingindo, em 2004, 3,5 vezes a remuneração média da categoria manual e mais de cinco vezes a das domésticas. Acredita-se que o grande determinante da diferenciação salarial seja o nível de instrução do trabalhador. Entretanto, como foi visto, a sobre-representação de grupos de indivíduos em ocupações de menor valor social é explicada por fatores para além do capital social; a discriminação de sexo e raça tem sido apontada pela literatura sociológica brasileira como fatores ainda presentes para explicar a persistência das desigualdades. Vários estudos empíricos comprovam que parte significativa das diferenças salariais entre os grupos não é atribuída a mérito pessoal ou esforço, mas pela discriminação racial e de sexo (Hermeto, Ribeiro, 1998).

Ao longo dos anos, entretanto, percebe-se redução das disparidades entre as categorias, de maneira mais clara até 2007, sobretudo pela queda do rendimento da categoria superior. O fenômeno pode ser atribuído em grande medida à política de valorização do salário mínimo, já que este serve de parâmetro de reajustes em grande parte dos acordos de negociação salarial para as categorias média, manual e doméstica,

tendo em vista que estas categorias recebem remunerações próximas ao piso salarial estabelecido em Lei. Apesar da convergência do rendimento entre as categorias, as domésticas continuam concentradas na faixa de rendimento de um salário mínimo e, por isso, elas foram mais beneficiadas pela política de valorização vigente. O gráfico acima é uma maneira de visualizar a “aproximação simbólica entre as classes sociais, em particular as classes média e populares” de que fala Brites e Picanço (2014), já que o percebido pelas domésticas está menos distante do auferido pelas demais categorias.

Cabe dizer que embora o gráfico indique remuneração mediana equivalente ao piso estabelecido na Constituição para as domésticas, o poder de compra do Mínimo não equivale ao salário mínimo necessário, que em dezembro de 2014 era de R\$ 2.975,55, segundo estimativas do Dieese⁶ (Dieese, 2015).

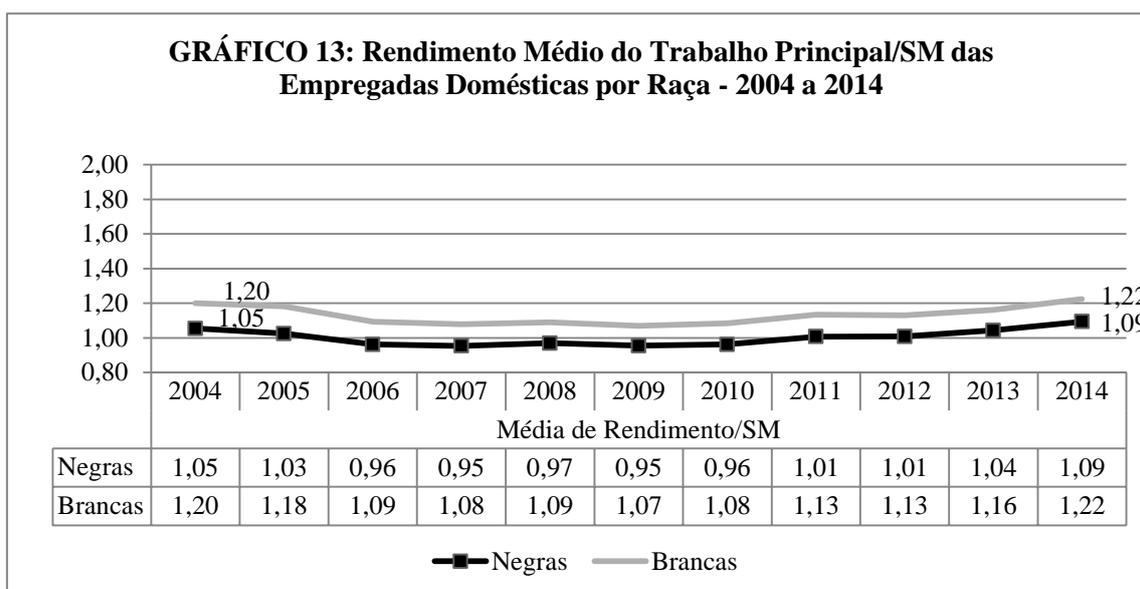
O gráfico a seguir mostra a distribuição segundo a média do rendimento do trabalho principal em salários mínimos por categorias sócio-ocupacionais.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

Apesar das diferenças de nível entre média e mediana do salário principal, a mesma análise feita para mediana aplica-se ao gráfico da média de rendimento segundo categorias sócio-ocupacionais. Assim, como mostra o gráfico, todas as categorias exceto domésticas verificaram queda do rendimento/SM, indicando menor desigualdade salarial no período. No gráfico abaixo, é exibida a tendência da relação rendimento médio do trabalho principal/SM das domésticas, segundo raça.

⁶ O valor vigente do SM em 2014 era R\$ 724,00.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

A evolução dos rendimentos/SM exibida acima permite constatar que o rendimento médio das domésticas gira em torno do piso salarial (1 SM). Nota-se leve tendência de redução da relação rendimento/SM de 2004 a 2009, atingindo o menor nível em 2009, tanto para brancas quanto negras. De 2009 a 2014, houve recuperação do poder de compra. Em 2014, as domésticas brancas receberam em média 22% acima do salário mínimo, enquanto as domésticas negras, 9%.

Numa análise comparativa por raça, nota-se que em todo o período, as domésticas brancas receberam em média mais do que as domésticas negras. O semelhante perfil educacional por raça entre as domésticas, conforme analisado nesta monografia, numa ocupação que sequer exige qualificação formal é um indício de que a diferença de rendimento médio entre domésticas negras e brancas seja fruto de discriminação racial.

Outra hipótese, que pode estar ocorrendo simultaneamente à hipótese de discriminação racial, é que as domésticas brancas são maioria dentre as diaristas.⁷ Sabe-se que o rendimento médio das diaristas é superior à das mensalistas, ainda que às custas de maior vulnerabilidade nas relações de trabalho (Dieese, 2013), o que pode explicar parte das diferenças. A seguir, serão apresentadas as considerações finais da monografia na qual se encontra a síntese dos principais resultados feita de forma reflexiva, dialogando com a bibliografia utilizada.

⁷ Os dados da PME não permitem a desagregação entre diaristas e mensalistas.

CAPÍTULO 3 – REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Foi percorrido um trajeto sinuoso para tratar das mudanças de perfil do emprego doméstico. Pelo imbricamento de relações de poder de raça, classe e sexo no emprego doméstico fez-se inevitável, primeiramente, entender as causas do atual contorno segregado por sexo e raça do mercado de trabalho. Foi feita uma análise teórica ainda que breve dos contornos dos mecanismos discriminatórios antes mesmo da configuração do capitalismo brasileiro e como o sistema se apropriou das opressões de sexo e raça existentes a fim de manter os privilégios de classe numa sociedade que passava a permitir a mobilidade social.

No capítulo 1 foi apresentada uma análise crítica dos resquícios de servidão no emprego doméstico a fim de contribuir para desnaturalizar a associação com o trabalho escravo e reforçar as evidências de como a discriminação racial é estruturadora da pobreza das mulheres e da população negra em geral no Brasil. A revisão bibliográfica sociológica levou à compreensão de como, com o fim da abolição, houve a institucionalização do racismo da velha ordem a fim de manter a estrutura de classes. A nova onda interpretativa sociológica defende a funcionalidade da discriminação racial, numa era de acirrada competição entre indivíduos. O capitalismo teria se apropriado do racismo da velha ordem a fim de manter e justificar a estrutura de classes, tendo por reflexo a segregação ocupacional dos negros.

Além disso, a composição do emprego doméstico majoritariamente por mulheres tem associação com a divisão sexual do trabalho, o que complexifica a análise em torno das opressões vivenciadas pelas domésticas; sendo um resquício da época da diáspora negra traz como herança mal resolvida o caráter servil, mas também está ligada à ideia *socialmente construída* da mulher predisposta ao cuidado permanente e gratuito, da família e do lar. Foi visto que a divisão sexual do trabalho opera no sentido de separar e hierarquizar os trabalhos entre os sexos; os trabalhos femininos são menos valorizados e prestigiados socialmente que os masculinos. Ela se manifesta na estrutura segregada do mercado de trabalho brasileiro, sendo o emprego doméstico um dos exemplos mais emblemáticos e também contraditórios, numa visão feminista; se permite às mulheres das camadas média e altas se liberarem de atividades naturalizadas femininas de cuidado do lar e da família, contam para tanto com a contratação de mulheres das camadas baixas para realizarem o serviço desvalorizado e desprestigiado.

A despeito do capitalismo, a presente monografia aponta para mudanças na estrutura segregada do mercado de trabalho. Nos tempos coloniais, o emprego doméstico servia como elemento para marcar o poder de classe e ainda hoje apresenta traços de uma relação de trabalho servil. Partindo da visão defendida pela literatura do emprego doméstico como *estratégia de sobrevivência*, a mudança de perfil etário (envelhecimento e retração) verificada nos dados da PME-IBGE representa uma importante mudança geracional ao descortinar novos horizontes às mulheres marginalizadas. Sob a ótica da oferta de emprego doméstico, pode-se aventar que os avanços educacionais no ensino público brasileiro, o crescimento da economia com geração de postos de trabalho e queda da informalidade, a valorização do salário mínimo engendraram um leque de mudanças no que diz respeito a aspirações das mulheres pobres, dentre as quais destaca-se o “emprego ideal” e o padrão de consumo. Como reflexo dessas mudanças de período, algumas das quais já em curso na década anterior, o emprego doméstico foi perdendo espaço como estratégia de sobrevivência.

Feitas as reflexões preliminares pudemos adentrar mais adequadamente no objeto da monografia, qual seja, as mudanças de perfil do emprego doméstico no Brasil metropolitano, de 2004 a 2014. A hipótese levantada é que importantes mudanças em curso nos últimos anos teriam possibilitado outro tipo de inserção da mulher pobre no mercado de trabalho o que se refletiria, entre outros aspectos, no perfil envelhecido do emprego doméstico. Para além da mudança no perfil etário da categoria, as demais mudanças captadas pelas variáveis analisadas dizem respeito a queda da informalidade, aumento da escolaridade e ganho de poder de compra das domésticas.

Como foi visto, a queda da informalidade é uma conquista da categoria em fazer valer um direito concedido em 1972, a de assinatura da carteira de trabalho. O aumento médio dos anos de estudo das domésticas acompanhou os avanços educacionais do ensino público brasileiro nas últimas décadas. O ganho de poder de compra das domésticas é um efeito da política de valorização do salário mínimo, já que elas no geral têm o Mínimo como referência. Além disso, houve queda da desigualdade de rendimento entre as categorias; as domésticas se aproximaram dos valores percebidos pelos outros trabalhadores. Quanto à perspectiva de raça, foi visto como o padrão de participação é desigual entre negras e brancas; além do emprego doméstico ter maior peso dentre as ocupadas negras, elas são menos escolarizadas, recebem menos, são mais informalizadas e tem maior proporção de jovens (menor que 29 anos). Em consonância com a literatura sociológica, os dados empíricos permitem ir contra a ideia da

democracia racial, segundo a qual bastava a modernidade e o crescimento econômico para sanar as fissuras sociais entre brancos e negros. O racismo e o preconceito mostram-se funcionais na manutenção da sociedade de classe, ainda que perpetrados de maneira inconsciente pelos que dele se beneficiam.

A monografia termina com o reconhecimento de que ainda há lacunas a serem exploradas ao que, de fato, provocou as mudanças de perfil da categoria. Alternativamente, pode-se levantar a hipótese de que as mudanças verificadas sejam em grande parte explicadas pela mudança de composição etária das domésticas. A queda da informalidade poderia ser interpretada não como o resultado de uma sociedade mais benevolente, mas como produto do menor peso das domésticas jovens, as mais atingidas pela informalidade, seja pelo abandono do emprego doméstico pelas não regularizadas ou pela menor renovação da profissão. A valorização do rendimento da categoria tem associação com a política de valorização do salário mínimo, como foi visto. Por outro lado, pode-se aventar ainda uma relação com a queda relativa de oferta do serviço doméstico no Brasil metropolitano. Sabe-se que pela lei da oferta e da demanda, se escasso, o serviço tende valorizar. Uma das hipóteses usualmente utilizadas para explicar o envelhecimento da categoria reside no ganho de escolaridade por parte de mulheres pobres que, mais qualificadas, buscariam outras formas de inserção no mercado de trabalho. O aumento do nível educacional das domésticas é parte desse processo e ocorreu para as mais jovens, que vivenciaram os avanços educacionais do país. A elevação da escolaridade das domésticas ocorreu a despeito da ocupação dispensar qualificação formal e poderia ter sido ainda maior se o emprego doméstico não repelisse as mais escolarizadas. Assim, o envelhecimento do emprego doméstico (por hipótese pela não reposição das mais escolarizadas) conteve uma mudança mais acentuada de perfil educacional das domésticas. Por isso, ainda se configura como de baixa escolaridade e elevado peso de profissionais analfabetas, já que as mais velhas não vivenciaram o mesmo contexto. Como pode-se perceber, essa monografia descreve importantes mudanças e levanta hipóteses de pesquisa. Em que parte o fenômeno de mudança de perfil educacional, informal e de rendimento das domésticas é fruto do envelhecimento e que parte pode ser atribuída a mudanças mais profundas de cunho político e social?

Ademais, o contexto de envelhecimento populacional e parca infraestrutura do Estado nos cuidados com a população idosa lança ainda maior interesse aos estudos de trabalhos de *reprodução do viver*, do qual o emprego doméstico faz parte; se o Estado

não se faz presente na provisão de serviços públicos, sabe-se que é sobre a mulher que historicamente recaem as responsabilidades do cuidado dos membros familiares e do lar. E, sendo o emprego doméstico um atenuador de conflitos entre o casal burguês, pode-se aventar que o envelhecimento e a retração da categoria possam implicar transformações na divisão do trabalho doméstico não remunerado.

Outra forma de expandir a presente monografia consiste em acompanhar as transições de status da força de trabalho. Segundo Saffioti, não é do interesse do capitalismo eliminar formas não capitalistas de trabalho. Se o emprego doméstico perdeu importância relativa, é necessário perguntar qual seria o novo *locus* ocupacional da mulher pobre e se ele se difere em essência do emprego doméstico quanto ao caráter marcadamente servil. A PME permite análises de mobilidade ocupacional ao nível de pseudo-coorte e assim obter pistas das novas configurações da segregação por sexo e raça no mercado de trabalho.

Privilegiou-se o lado da oferta de trabalho nas explicações das dinâmicas do emprego doméstico. Do lado da demanda, é razoável supor que fatores da vida moderna, como, por exemplo, a maior praticidade introduzida nos lares famílias de classe média-alta brasileiras com os eletrodomésticos, a queda na taxa de fecundidade e a redução do tamanho das famílias, além do aumento dos custos com as domésticas devido a valorização real do salário mínimo nos últimos anos nos ajudem a explicar o envelhecimento e retração do emprego doméstico e as demais mudanças de perfil da categoria.

Como deve ter ficado claro ao leitor, esse trabalho não pretende uma suposta “neutralidade científica” e nem lograria sucesso se o pretendesse, posto que tudo o que se produz em âmbito acadêmico é político. Assim sendo, cabe uma reflexão final sobre o desafio de ter o emprego doméstico como objeto de estudo, numa perspectiva feminista. Segundo Ávila,

para o movimento feminista, o desafio político é fazer a crítica a essa relação de trabalho [emprego doméstico], lutar pela sua superação e ao mesmo tempo enfrentar a incontornável necessidade de apoio à luta das trabalhadoras domésticas por direitos trabalhistas. O que nos coloca a questão da interdependência entre direitos, processo de transformação social e emancipação (2016, p. 145).

Tendo em vista o desafio político e por limitações inerentes a uma monografia, acredita-se que o objetivo da monografia consiste mais em analisar as mudanças de perfil do emprego doméstico, apresentando a crítica e analisando indícios de superação

dessa relação de trabalho, do que em discorrer sobre as importantes conquistas da categoria no campo de direitos trabalhistas. No âmbito legal, pode-se dizer que o período de análise apresenta importantes conquistas para as domésticas, tanto em termos da conquista da integralidade de direitos concedidos aos demais trabalhadores com a aprovação da PEC das domésticas (2013) quanto em termos de maior vivência dos direitos garantidos pela Lei. Essas mudanças são fruto de luta árdua por parte da categoria em romper com traços de servidão herdados do período colonial e naturalizados por parte da sociedade. Como foi visto, a nova geração de mulheres pobres experimentou mudanças tais que possibilitaram outra forma de inserção no mundo do trabalho. Não deixa de ser verdade que a ocupação continua uma das mais expressivas empregadoras de mulheres no Brasil, estando longe de se extinguir. Assim sendo, certamente os avanços no reconhecimento do emprego doméstico como trabalho decente manifestos na ampliação de direitos e vivência concreta representam importantes conquistas. O movimento feminista pode aparecer como aliado na luta pela efetivação dos direitos garantidos em Lei às domésticas, ainda que na difícil junção de uma luta maior, a luta pela emancipação. Para as mulheres, a emancipação passa pela superação de todas as formas de opressão, não só a de gênero, mas na superação da sociedade de classes e de raça. É tarefa da pesquisadora social permanecer acompanhando mudanças de perfil do emprego doméstico no entendimento do seu significado na reconfiguração da divisão sexual do trabalho e na estratificação social e ciente de que, em contexto de crise econômica, política e social há tentativas de retrocesso nos direitos conquistados pelas minorias, como mostra a história brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R (orgs.). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. cap. 11

ÁVILA, M. B. O tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões Entre Dominação/Exploração e Resistência. 319 f. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BALTAR, P. E. A., KREIN, J. D. A Retomada do Desenvolvimento e a Regulação do Mercado de Trabalho no Brasil. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, Maio/Ago. 2013

BRITES, J.G.; PICANÇO, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisa. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, Ano 19, n. 31, p. 131-158, 2014.

BARBOSA, N. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, E. (org). *Lula e Dilma: Dez anos de governo pós-neoliberal no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013

CARRASCO, C. A Sustentabilidade da Vida Humana: Um Assunto de Mulheres? In: FARIA, Nalu, NOBRE. M. (orgs.). *A produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista*. São Paulo: SOF, 2003. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania).

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider *within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, n. 1, p.99-127, jan./Abr. 2016

DIEESE. O emprego doméstico no Brasil. *Estudos e Pesquisas*, v. 68, p.22-23. ago. 2013.

FOLBRE, Nancy. *The invisible heart: Economics and family values*. New York: New Press, 2001.

GUIMARÃES, N. A. A igualdade substantiva e os novos desafios nas relações de gênero no trabalho. *Estudos Feministas*, v. 24, n. 2, p. 639-643, 2016.

HERMETO, A. M. H. C.; RIBEIRO, P. M. *Diferenciais ocupacionais por raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano no Brasil*. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998.

HIRATA, H. S. *Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H. S. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e Consustancialidade das Relações Sociais. *Revista Tempo Social*. São Paulo, v. 26, n. 1. p. 61 – 73. Jun. 2014.

IBGE. *Mapa do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, 1994.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e a desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M (org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. cap. 6

KERGOAT, D. O cuidado e a imbricação de relações sociais. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R (orgs.). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. cap. 1

MACHADO, A. F.; HERMETO, A. M. H. C.; WAJNMAN, S. *Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Organização Gelre, 2005.

MELO, F. L. B. (org). *Salário Mínimo no Brasil: a luta pela valorização do trabalho*. São Paulo: LTr, 2015.

MYRRHA, L. J. D; WAJNMAN, S. Características e Heterogeneidade do Emprego Doméstico no Brasil. *Revista ABET*, v. VI, n. 2, 2007.

OSORIO, R. G. Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M (org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. cap. 3

PINHEIRO, L., GONZALEZ, R., FONTOURA, N. Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Nota Técnica. Brasília, n. 10, ago. 2012.

PINHEIRO, L.; JUNIOR, A.; FONTOURA, N.; SILVA, R. Mulheres e Trabalho: Breve Análise do período 2004-2014. Nota Técnica. Brasília, n. 24, mar. 2016.

RIANI, J. L. R.; RIOS-NETO, E. L. G. Análise do Dividendo Demográfico na Matrícula Escolar no Brasil numa Abordagem Hierárquica e Hierárquica Espacial, *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.24, n. 1, p. 69-90, 2007.

RIGOTTI, J. I. R. Transição Demográfica. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 467-490, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

SAFFIOTI, H. I. B. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes. 1978.

THEODORO, M. A Formação do Mercado de Trabalho e a Questão Racial no Brasil. In: _____ (org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. cap. 3

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *R. Bras Est Pop*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun., 2006.